

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

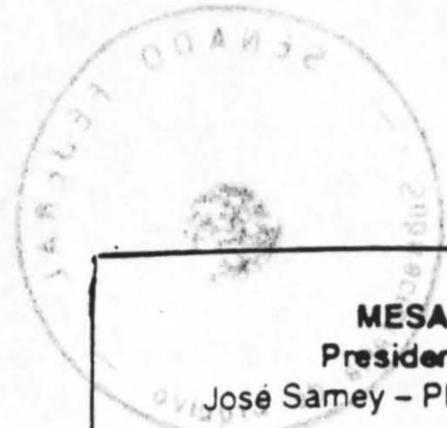
# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - N° 004

SÁBADO, 11 DE JANEIRO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO



EXEMPLAR UNICO

**MESA**

**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

**1º Vice-Presidente**

Tectonio Vilela Filho - PSDB - AL

**2º Vice-Presidente**

Julio Campos - PFL - MT

**1º Secretário**

Odacir Soares - PFL - RO

**2º Secretário**

Renan Caiheiros - PMDB - AL

**3º Secretário**

Levy Dias - PPB - MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim - PMDB - RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Ney Suassuna - PMDB - PB

Emilia Fernandes - PTB - RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

**Corregedores - Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Omelas - PFL - BA

Emilia Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

**LIDERANÇA DO PMDB**

**Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL**

**Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB**

**Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB**

**Líder**

Eptacio Cafeteira

**LIDERANÇA DO PT**

**Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB**

**Líder**

Valmir Campeio

**LIDERANÇA DO PDT**

**Líder**

Júnia Marise

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB**

**Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS**

**Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL**

**Líder**

Romeu Tuma

**EXPEDIENTE**

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

HAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 43, nº 31 RISF)

EXEMPLAR UNICO

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 4ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE JANEIRO DE 1997

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Ofícios

Nº 13/97, de 8 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.562, de 1996. .... 00185

S/Nº, de 9 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.563, de 1996. .... 00185

##### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Educação como a chave do progresso social e do desenvolvimento econômico do Brasil. Responsabilidade histórica dos Senadores e Deputados Federais na aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação; lei esta que modernizará e viabilizará o ensino eficaz e racional do País. Atitude inovadora contida na Lei nº 1.201, de 23 de julho de 1996, aprovada na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, que preconiza uma regra de "Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público". .... 00185

SENADOR *FRANCISCO ESCÓRCIO* – Apoio à proposta do Senador Ney Suassuna, que visa a derrubada da CPMF. Antipatia da sociedade brasileira à referida contribuição. .... 00186

SENADOR *PEDRO SIMON* – Importância da Convenção Nacional do PMDB, a realizar-se no próximo domingo, onde S. Ex.ª manifestar-se-á, caso questionado, favoravelmente ao plebiscito para a reeleição. Retrato histórico do PMDB no Rio Grande do Sul. Comentários à machete do **Correio Braziliense** de hoje, intitulada: "Planalto monta operação de guerra favorável à reeleição". Publicação no jornal **Folha de S. Paulo** de editorial defendendo o plebiscito. .... 00186

SENADOR *JEFFERSON PÉRES* – Análise de aspectos relativos ao episódio do vazamento de informações da conta de parlamentares do PPB no Banco do Brasil, especialmente no que tange à pressão sobre parlamentares para o fa-

vorecimento de assuntos de interesse do governo, ao tratamento privilegiado à classe política pelas instituições públicas e à quebra do sigilo bancário. .... 00191

SENADOR *ADEMIR ANDRADE*, como Líder – Indignação com procedimento ilegal e desrespeitoso da VASP, impedindo S. Ex.ª e mais 22 pessoas de viajarem na data de ontem, por falta de lugares, embora estivessem com passagens marcadas e confirmadas. .... 00194

SENADOR *JOSÉ EDUARDO DUTRA* – O princípio da reeleição se contrapondo ao processo de desenvolvimento da democracia brasileira. .... 00195

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Cobrando do governo federal uma política de desenvolvimento para a região Norte, principalmente para Roraima, e, nesse caso, levando em consideração a preservação das diversas etnias indígenas no Estado. Insuficiência do Fundo de Recursos Constitucionais do Norte – FNO para o desenvolvimento do Estado de Roraima. Necessidade de compatibilização entre a preservação ambiental, a proteção às inúmeras culturas primitivas e o desenvolvimento de seu Estado. .... 00199

SENADOR *LAURO CAMPOS* – Preocupação de S. Ex.ª com a proposta da reeleição, pelos riscos que acarreta à democracia brasileira. .... 00201

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Resultado do seminário sob o tema "Regulação dos Serviços Públicos no Brasil: Setores Elétrico e de Telecomunicações", realizado na Comissão de Infra-Estrutura, a propósito da discussão da privatização dos referidos setores. .... 00204

SENADOR *FRANCISCO ESCÓRCIO* – Aduzindo novas considerações ao pronunciamento de hoje de S. Ex.ª, contrário à CPMF. .... 00207

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Estranheza de S. Ex.ª com a propaganda da Caixa Econômica Federal, publicada na revista **Veja** desta semana, um meio de comunicação elitizado, sobre a "Poupança-Azul Imobiliária" para aquisição da casa própria pelos sem teto. .... 00208

##### 1.2.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *VALMIR CAMPELO* – Posição favorável de S. Ex.ª ao instituto da reeleição

como instrumento fortalecedor do processo democrático, desde que acompanhado de mecanismos tendentes a proteger o Estado e a coibir o uso indevido da máquina pública. .... 00209

**1.3 – ENCERRAMENTO**

**2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 3ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 9 de janeiro de 1997, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. .... 00210

**3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 14 a 17, de 1997. .... 00210

**4 – MESA DIRETORA**

**5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

**7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

**8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)**

## Ata da 4ª Sessão Não Deliberativa em 10 de janeiro de 1997

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jefferson Péres, Osmar Dias  
Romero Jucá e Francisco Escórcio.*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romero Jucá.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 0013-L-B1. PARL/97

Brasília, 8 de janeiro de 1997

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Deputado Mendonça Filho deixa de fazer parte, como membro titular, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1562, de 19 de dezembro de 1996, que "define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências", assumindo sua vaga o Deputado Vilmar Rocha.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico os Senadores do PSDB, em substituição a indicação desta Presidência, que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.563

Publicação DOU: 2-11-96

**Assunto:** Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior.

**Titular:** Beni Veras

**Suplente:** Coutinho Jorge

Brasília, 9 de janeiro de 1997. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior, primeiro orador inscrito.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

**O SR. NABOR JÚNIOR** (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está na educação a chave do progresso social e do desenvolvimento econômico do Brasil. Educação, no mais amplo contexto da palavra, que engloba desde as práticas das pessoas no seu dia-a-dia até a instituição de novas estruturas escolares não apenas nos níveis clássicos de primeiro, segundo e terceiro graus, mas também na formação de cursos adicionais de idiomas, práticas técnicas e aperfeiçoamento científico.

Foi imbuídos dessa responsabilidade histórica que os Srs. Senadores e Deputados Federais se empenharam, nos últimos anos, em elaborar a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ali podemos encontrar hoje as perspectivas para um futuro menos atrasado e menos sofrido para a cidadania, particularmente das crianças em quem repousam as esperanças da Pátria. Batizada de "Lei Darcy Ribeiro", a LDB vem modernizar e viabilizar o ensino eficaz e racional no Brasil; se erros existem, eles decorrem da própria falibilidade do ser humano, que não podemos ter a pretensão de eliminar por inteiro.

O essencial é que o Poder Legislativo, mais uma vez, não se omitiu. Pode ter demorado mais do que desejariam os açodados inconscientes de sempre, mas esse pretenso atraso se deveu, na realidade, ao bom-senso e à prudência. Afinal, estava em jogo o estabelecimento de diretrizes materialmente decisivas para as futuras gerações, as *Diretrizes* e as *Bases* de seu enunciado.

A tarefa de oxigenar a educação, nesta virada de milênio, não é apenas dos membros do Congresso Nacional. Ao contrário, trata-se de obrigação que atinge a todos os brasileiros, inclusive os representantes do povo nos Legislativos estaduais e municipais.

Estou recebendo correspondência do ex-Deputado Estadual Félix Valle Pereira, uma legenda viva das tradições democráticas da Amazônia, glória política e social do Acre. Em sua lucidez, recorda-me a

existência de legislação aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, regulamentando a eleição de Diretores e Vice-Diretores das nossas escolas públicas e conveniadas – a Lei nº 1.201, de 23 de julho de 1996, que teve origem no Projeto de Lei nº 37/95, apresentado pelo Deputado Edvaldo Magalhães.

A citada legislação estadual prevê, para todas as unidades e repartições educacionais, uma regra de *Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público*, já preconizada pelo art. 190, inciso VII, da Constituição do Estado.

Logo no art. 1º, a Lei reguladora estabelece como princípios pétreos a livre organização da comunidade escolar, participação em seus processos de todos os segmentos, escolha dos diretores com a participação dos cidadãos abrangidos pela jurisdição, transparência nos mecanismos administrativos e financeiros e, entre outros itens igualmente importantes, a participação do Conselho Estadual de Educação e dos Conselhos Escolares na elaboração do seu orçamento, considerando o elenco de necessidades e prioridades.

A grande inovação contida na Lei nº 1.201/96 é o Conselho Escolar, que funcionará nas unidades de ensino público e nos estabelecimentos conveniados. Nele estarão contidos obrigatoriamente todos os segmentos existentes na respectiva comunidade, assegurada a presença de 50% de alunos e pais de alunos contra outros 50% de professores, especialistas e servidores da carreira de assistência à educação.

Essa diretriz se desdobra em 53 artigos, que deixo de ler integralmente em obediência aos limites do tempo a mim deferido pelo Regimento Interno. Mas deixo registrada nos Anais do Senado Federal e na consciência dos demais Senadores a atitude inovadora e unânime dos homens públicos acreanos, para que o Acre veja reconhecido seu pioneirismo e sua criatividade na implantação de regras democráticas na administração e no desenvolvimento dos sistemas educacionais no Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Epitacio Cafeteira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Escórcio, por 20 minutos.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tivemos oportunidade, nesta Casa, de ver o colhimento de assinaturas, por parte do Senador Ney Suassuna, para a derrubada da CPMF. Assinei, e estou ansioso para saber como caminha a tramitação desse projeto, de autoria do nobre Senador pela Paraíba, para a derrubada de um imposto que, a meu ver, é antipático. Toda a sociedade brasileira está contrária a esse imposto, conforme estampa a mídia.

Lembro-me, por ocasião da votação dessa proposta nesta Casa, de que fiquei certo do fato de que ela havia sido aprovada única e exclusivamente pelo apelo do então Ministro Adib Jatene. O Ministro vinha a esta Casa, ia à Câmara, para pedir, quase exigir, que fosse aprovada a CPMF. Mas, agora que o Ministro deixou o Ministério, não tem mais sentido fazermos essa caridade. Este é o termo que deve ser usado: caridade à Nação.

O valor da CPMF está muito alto em comparação com a inflação que anda em torno de zero. Pergunto então se não é hora de discutirmos – veio em boa hora a iniciativa do Senador Ney Suassuna – essa idéia. Chamo a atenção desta Casa para a necessidade de discutirmos imediatamente essa matéria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por 20 minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, domingo o PMDB realiza uma convenção nacional.

É interessante que, em véspera de uma decisão importante do Congresso Nacional, o PMDB tome a decisão de reunir a sua convenção. Acho isso bom. É democrático um partido ouvir as suas bases na hora de tomar as grandes decisões.

Essa não é a tradição do Brasil. No Brasil, a tradição é a do político mineiro Benedito Valadares. Quando havia uma decisão importante a ser tomada em Minas Gerais, os seus companheiros de partido lhe perguntavam: "Governador, o senhor não vai reunir o partido para decidir?" Ele, então, respondia: "Como é que vou reunir o partido se ainda não tenho a decisão?"

Na verdade, o que impera nos partidos políticos brasileiros é isso. Quando muito, há os amigos do rei: presidente, uma liderança aqui, uma figura mais proeminente ali e essas pessoas são chamadas ao gabinete, onde se reúnem, discutem, analisam e tomam uma decisão.

No Rio Grande do Sul, quando criamos o MDB, contra a ditadura, contra o arbítrio, na hora mais difícil de se organizar um partido político no País, tomamos uma série de iniciativas prioritárias e inéditas na nossa História.

Perdoe-me, Sr. Presidente, não é vaidade, mas quando coloco essa questão quero apenas restabelecer a análise histórica.

Criamos, no MDB do Rio Grande do Sul, um partido de vida permanente. Além do Diretório Estadual, criamos a Associação dos Prefeitos do MDB, a Associação dos Vereadores do MDB, o setor jovem, o setor trabalhista, o setor das lideranças intelectuais, e passamos a fazer reuniões permanentes, seminários e simpósios.

Foi no Rio Grande do Sul que, pela primeira vez no País, se fez um seminário sobre como deveria ser a administração de um prefeito do MDB. Muita gente do Brasil compareceu. E muitos prefeitos que fizeram história na administração pública de municípios do Brasil já disseram que, naquele seminário, conheceram e compreenderam as principais idéias relacionadas ao assunto. Foi o primeiro de uma série de seminários.

Também no Rio Grande do Sul lançamos a "Carta de Porto Alegre". Foi o primeiro seminário, o primeiro congresso nacional de um partido brasileiro – fora os comunistas, na clandestinidade -, que se reuniu com o objetivo de estabelecer uma tomada de posição com relação ao regime, no caso da ditadura militar. Lá estiveram os líderes de todo o Brasil e lá, pela primeira vez, falamos nas palavras que eram consideradas crime contra a segurança: convocação de Assembléia Nacional Constituinte, eleição direta e anistia.

Essas teses foram absorvidas e, justiça seja feita, os partidos políticos podem ter mil defeitos e mil equívocos hoje, mas têm a sua fundação, fazem as suas reuniões e estabelecem os seus debates. Mas reünem-se para decidir o fundamental, jamais. Daí a surpresa de o PMDB se reunir numa convenção nacional para decidir isso. Afinal, é uma tese nova: deve ou não haver reeleição?

O Partido vai se reunir. Acho que será uma reunião democrática e tranqüila.

O PMDB venceu aquela fase de turbulência que viveu desde que, lamentavelmente, com o meu protesto – a palavra é esta -, se afastou o Dr. Ulysses Guimarães da Presidência do Partido para que o Sr. Quécia a assumisse. Esse foi um erro histórico, cruel e ridículo que o Partido cometeu.

À época, eu dizia para os companheiros que o Dr. Ulysses possuía muitas qualidades, mas também muitos defeitos. Um dos equívocos do Dr. Ulysses era seu sonho total e permanente de chegar à Presidência da República, o que o fazia agir na Presidência do Partido tendo esse objetivo.

Eu, que fui seu primeiro Vice-Presidente, Secretário-Geral, seu grande amigo, dizia-lhe pessoalmente que se fosse mais independente, mais aberto, se deixasse as coisas fluírem, seria um candidato mais natural do que se se assustasse com a candidatura do Montoro, do Covas, do Teotônio ou do Dr. Tancredo.

Derrotado o Dr. Ulysses, eleito o Sr. Collor – uma derrota fragorosa, diga-se de passagem -, o sonho da Presidência desapareceu da sua cabeça, e só ficou o Dr. Ulysses com suas qualidades.

Naquele momento, quando o Dr. Ulysses poderia assumir o comando da vida partidária para "costurar" o Partido rumo ao futuro, o Sr. Quécia e o os seus seguidores houveram por bem retirá-lo da Presidência. De lá para cá, o PMDB viveu horas muito difíceis: o Sr. Quécia Presidente, o Sr. Quécia candidato à Presidência da República, o Sr. Quécia com uma votação inexpressiva. Basta que se diga que em primeiro lugar ficou o Sr. Fernando Henrique Cardoso, em segundo, o Lula, e, em terceiro, o Sr. Enéas. E até nessa disputa entre o nosso atual Presidente e o seu concorrente, o Paes de Andrade e o nosso querido Deputado paulista, o Partido viveu horas complicadas, mas parece que nesta convenção se chegou a um entendimento. Espera-se a presença praticamente da unanimidade dos convencionais e os Governadores, que na última convenção sequer compareceram, estão coordenando sua vinda.

Eu, que em sinal de protesto não compareci à convenção que elegeu o Sr. Quécia Presidente do Partido e também não compareci à que o elegeu candidato à Presidência, uma vez que já declarara, abertamente, não votar em sua candidatura por questões de consciência – votei no Sr. Fernando Henrique Cardoso -, também estarei presente a essa convenção.

Acho que o PMDB vai debater, discutir, analisar e é importante a sua palavra. Não tenho nenhuma ação, nenhuma presença e não tenho falado com ninguém que vá à convenção, nem do Rio Grande do Sul, mas pretendo dizer, se me perguntarem, que a saída para o debate que estamos vivendo é a realização de um plebiscito. Penso que quem quer ser amigo do Presidente Fernando Henrique Cardoso deve alertá-lo. Olha, Senhor Presidente, o

Líder do Governo no Congresso Nacional leu, aqui, ontem, um editorial de capa do **Correio Braziliense** favorável à reeleição. Tudo bem! Mas a manchete de capa do **Correio Braziliense** de hoje diz que o Governo montou um QG de guerra a favor da reeleição: "Planalto monta operação de guerra favorável à reeleição". O mesmo **Correio Braziliense**, que ontem dizia no seu editorial de capa ser favorável à reeleição, hoje aparece com uma manchete de capa dizendo que o Governo está montando uma operação de guerra no Palácio do Planalto, visando à reeleição.

Houve uma época, durante muitos anos, em que eu mantive uma convivência praticamente diária com o Presidente da República, desde que Sua Excelência chegou do exílio até o momento em que assumiu a Presidência da República. Por isso, aconselharia ao Senhor Presidente que lesse com tranquilidade os jornais de hoje.

Está ali o Senador Cafeteira, Líder do PPB, e quero aproveitar para discordar da frase que está no **Jornal de Brasília**, dizendo que o que aconteceu na Casa da Dinda é coisa muito pequena em comparação com o que está acontecendo na operação reeleição. Na verdade, o Senador Cafeteira não é o autor dessa frase. Essa frase pertence a um artigo, que não li, do Sr. Carlos Heitor Cony, publicado na **Folha de S. Paulo** de ontem. Aliás, esse artigo foi cruel, duro, drástico, chamando a atenção do Presidente da República para o fato e fazendo uma comparação entre a operação da Casa da Dinda, no Governo do Sr. Collor, e o que o Senhor Fernando Henrique Cardoso está fazendo na operação reeleição.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** – Com prazer.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** – V. Ex<sup>a</sup>, depois de dizer que o **Jornal de Brasília** atribuiu a mim a frase, retificou a informação, dizendo ser de autoria do Sr. Carlos Heitor Cony. Mas, nobre Senador, quero chamar a atenção desta Casa para o fato de que o Congresso está mais ou menos na condição de um marisco, ou seja, na luta do mar contra o rochedo. O mesmo jornal que faz a apologia da reeleição, **O Globo**, que, pela televisão, pelo rádio, faz a mídia da reeleição, chega até a transformar aquele programa de domingo, o até então Domingão do Faustão em "Domingão da Reeleição" – todo domingo o Faustão leva um artista de renome, que canta todo o seu repertório, preenchendo todo o seu programa, e depois dá uma entrevista dizendo ser favorável à reeleição. Por isso, digo que estamos como o marisco. Se se pegar **O Globo** de hoje, que é o jornal da

reeleição, poderemos ver a charge do Erthal – e uma imagem vale mais que mil palavras –, mostrando o Presidente Fernando Henrique Cardoso ao lado de um cofre com a pergunta: "Sabe qual é o segredo para aprovar a reeleição?" E Sua Excelência mesmo responde: "Rodar seis para a direita; três para a esquerda e dois para a direita". Ou seja, é a idéia que leva ao povo da compra de votos, que ofende menos o Presidente e mais o Congresso Nacional. E não vejo ninguém reclamar. Penso que isso aumenta a falta de credibilidade existente em relação ao Congresso Nacional. Parece que estamos todos interessados em não perder o voto. Não existe o interesse em marcar posição, a não ser se for em favor do Governo. Não resta dúvida de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem muito simpático, muito educado, muito polido, mas o poder de sedução que todo o mundo lhe atribui só foi descoberto depois que Sua Excelência se tomou Presidente da República. Quando Sua Excelência era Senador não tinha esse poder de sedução – pelo menos ninguém notou. Poder de sedução, nobre Senador Pedro Simon, é o poder. O poder é afrodisíaco, é sedutor; o poder, neste Presidencialismo imperialista, tudo pode. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

**O SR. PEDRO SIMON** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

O Congresso brasileiro vive um momento difícil. Como disse o nobre Senador Epitacio Cafeteira, a grande imprensa está numa mídia permanente. Justiça seja feita à **Folha de S. Paulo**, que publicou um editorial defendendo o plebiscito. A regra geral é o que diz o Senador Epitacio Cafeteira: a grande imprensa está na campanha da reeleição naquele mesmo esquema a que já me referi, Sr. Presidente. Quando a mídia se reúne em torno de uma tese ela é perigosa. Foi assim em 1954, quando derrubaram Getúlio Vargas. A mídia era um mar de lama e de corrupção. Foi assim em 1964, quando derrubaram João Goulart. Foi assim durante vinte anos para manter a Revolução. Foi assim para manter e defender o "milagre brasileiro" e para dizer que a Arena era o maior partido do Ocidente. É verdade que, naquela época, em plena ditadura, o decreto-lei era infinitamente menos ditatorial do que a medida provisória. Mas nenhum general teve a coragem de falar em reeleição. Eles tinham tudo. Inclusive o General Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional e editou a Emenda Provisória nº 1, em 1969, que era uma nova Constituição, criando até o senador biônico. Naquela oportunidade, S. Ex<sup>a</sup> poderia ter inserido a reeleição. Mas não o fez.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, criamos o instituto da reeleição e o Congresso está praticamente sem poder. As manchetes estão dizendo que nunca, na história do Palácio da Alvorada, houve um afluxo de tantos Parlamentares, Senadores e Deputados, como ocorreu nesta semana. Foi um recorde de atendimento a Parlamentares no Palácio da Alvorada na terça, quarta e quinta-feira.

Volto a fazer um apelo ao Senhor Fernando Henrique Cardoso. Sua Excelência tem condições para ser um estadista, pois está fazendo um bom governo – justiça lhe seja feita – com a inflação a níveis baixos. Sua Excelência tem condições de fazer um governo que lhe permita governar com a sociedade brasileira; tem condições de, ao invés de levar a reeleição na base do cofre, como diz o Senador Epitacio Cafeteira, levar um plebiscito aberto e limpo com a consagração popular. Faço esse apelo dramático ao Senhor Presidente da República.

Sr. Presidente, Sua Excelência está cercado de pessoas que V. Ex<sup>a</sup> sabe quem são, assim como eu, que precisam se valorizar, prestar serviço, fazendo almoços e jantares na casa do Presidente da Câmara e em outros lugares para aparecerem e serem os senhores da reeleição, serem os homens do Presidente, para que Sua Excelência possa ficar devendo.

Imagine, Sr. Presidente, se for votada até o fim do mês na Câmara dos Deputados, passando por cima de tudo, a emenda da reeleição, o Presidente ficará eternamente grato ao atual Presidente da Câmara, terá que agradecer a S. Ex<sup>a</sup> um crédito inestimável. Depois, se no mês que vem o pai do Presidente da Câmara se eleger Presidente do Senado e conduzir o processo no Senado, aí, sim, teremos uma família imperial, onde o filho garantiu a reeleição na Câmara e o pai no Senado, e mais o Ministro tal, e mais o Presidente do partido tal. São as pessoas que estão ali que serão, praticamente, os donos do Presidente.

Sr. Presidente, o Presidente da República não precisa disso. Ele tem qualidades, ele tem mérito, tem credibilidade popular. Ele foi a Gramado, no Rio Grande do Sul, a Canelas, a Nova Petrópolis, a recepção foi espetacular. Fui lá uma semana depois e vi as pessoas falando da simpatia do Presidente, do otimismo com que encaram a figura do Presidente. Sua Excelência não precisa do Sr. Antonio Carlos, nem do filho do Sr. Antonio Carlos, tampouco do Ministro Serjão para costurarem, para trocarem cargos, para oferecerem favores em troca daquilo que Sua Excelência pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** – Já encerro, Sr. Presidente. Mas temos tão pouca gente aqui! São só 09h30min. Até pensei que estava preenchendo o tempo para ver se chegava mais alguém para falar. Quando alguém levantar a mão para falar, eu encerrarei.

O Presidente da República poderá ganhar a reeleição com grandeza. Sua Excelência está nas vésperas de ou ser um estadista ou ser o homem da operação de guerra que montaram no Palácio do Planalto.

A vida é estranha. O Sr. Cafeteira está equivocado. O Sr. Fernando Henrique Cardoso era homem com todas as condições de chegar ao poder. Era para ser Ministro de Tancredo. O Dr. Ulysses e eu defendíamos o seu nome para Ministro. E até acho que seria, mas o Dr. Tancredo não queria colocar no Ministério da Fazenda alguém de São Paulo, em hipótese alguma.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** – Nobre Senador, fiz um elogio ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que é um homem educado, cortês, lha-no, conversa conosco sorrindo, e V. Ex<sup>a</sup>, para afirmar as qualidades do Presidente Fernando Henrique Cardoso, diz que o Senador Epitacio Cafeteira está equivocado. Por quê?

**O SR. PEDRO SIMON** – V. Ex<sup>a</sup> está cometendo um equívoco...

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Senador Epitacio Cafeteira, V. Ex<sup>a</sup> esqueceu de solicitar o aparte ao orador.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** – Nobre Presidente, o Senador Pedro Simon e eu já estamos acostumados a entrar no discurso um do outro a qualquer hora. Isso já é praxe. Já nem pedimos apartes, apenas participamos do pronunciamento.

**O SR. PEDRO SIMON** – V. Ex<sup>a</sup> está cometendo um equívoco que também cometo muitas vezes: deu o aparte antes do tempo.

V. Ex<sup>a</sup> falou no poder de sedução e eu estou dizendo que nem sempre foi assim. O poder de sedução não valeu com o Dr. Tancredo, quando ele sairia Ministro e não saiu. E não saiu porque o Dr. Tancredo não queria como Ministro da Fazenda, como já disse, alguém de São Paulo. Em hipótese nenhuma! Aliás, vi duas pessoas fazerem isso: ele e o Sr. Itamar Franco que, no início do governo, não queria também Ministro da Fazenda vindo de São Paulo. Terminou o Sr. Fernando Henrique não saindo Ministro.

Aí, no Governo do Sarney, quando nós que éramos Ministros saímos para ser candidatos a Go-

vernador, imaginou-se que o Fernando seria aproveitado no Ministério do Sarney.

No Ministério do Dr. Tancredo, era o Itamaraty, e ele ia ser Ministro das Relações Exteriores. De repente, São Paulo indica o Setúbal para Ministro da Fazenda. Eu convivía na intimidade do Dr. Tancredo e ele dizia: "Eu não posso fazer duas agressões a São Paulo. São Paulo indicou o Setúbal como Ministro da Fazenda. O que eu vou fazer? Vou colocar o Setúbal nas Relações Exteriores". Quer dizer, cumpriu 50%. Não dá para se dizer que ele não atendeu à indicação dos empresários de São Paulo. Atendeu, só que não o colocou no Ministério da Fazenda. Aí o Fernando Henrique pagou a conta.

Ele esperava ser Ministro das Relações Exteriores do Sr. José Sarney. Ele era Líder do Governo nesta Casa – Líder do Governo José Sarney – e todos nós achávamos que ele seria o Ministro. De repente, o Sr. Sarney – e o Sr. Sarney é assim mesmo – tirou um amigo pessoal, que era o Sr. Abreu Sodré, e, para surpresa de todos – ninguém imaginava – o colocou como Ministro das Relações Exteriores. Aí o Senador Fernando Henrique rompeu com o Sarney. São célebres as frases do Fernando Henrique em relação ao Sarney. Quando o então Presidente viajava para São Paulo, ele dizia: "A crise foi para São Paulo". Quando o Sarney viajava para uma cidade no exterior, o Fernando Henrique dizia: "A crise está em Portugal". E o Presidente Fernando Henrique foi acre com o Sr. Sarney na questão dos cinco anos. Foi o Fernando Henrique, o Covas e os integrantes do hoje PSDB que afirmaram ter o Presidente José Sarney lutado para aumentar um ano do seu mandato, para ter cinco anos, o que não é verdade. O Sarney lutou para perder um e não perder dois.

Seria bom que o Sr. Fernando Henrique lesse os seus discursos e as manchetes dos jornais da época em que o Congresso votou os cinco anos; lesse quando surgiu a frase "é dando que se recebe". Seria importante que o Presidente rememorasse tudo isso.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte? Gostaria de entrar pela porta da frente, já que o nosso Presidente pede para que eu assim o faça. V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte rápido?

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Agora é a porta de trás mesmo, porque o orador já ultrapassou em cinco minutos o tempo regimental.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** – Mas o Senador é tão sedutor. Sexta-feira, Sr. Presidente, é uma espécie de terapia de grupo para nós que aqui ficamos no Senado Federal. E somos poucos!

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Mas seja curto na sua terapia.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** - Nobre Senador Pedro Simon, ainda há pouco falei que o poder de sedução do poder é muito grande. Todo mundo sabe que tenho um adversário que não me trata como um adversário, mas como um inimigo, que é o Presidente da Casa. Este, sim, tem poder de sedução. Com poder ou sem poder, S. Ex<sup>a</sup> tem poder de sedução, e é fácil enumerar. O então Deputado Sarney era da Bossa Nova na época do Jango; veio a Revolução e S. Ex<sup>a</sup> passou a ser o candidato da Revolução no Maranhão, enquanto toda a Bossa Nova foi cassada. Aí saiu do Governo, veio a eleição e presidiu o partido da Revolução até o seu término ou quase término. Passou, então, para o PFL, foi ser Vice de Tancredo e acabou sendo Presidente. Fernando Collor foi eleito e disse que iria receber a faixa e prendê-lo, assim que o mesmo deixasse o cargo. V. Ex<sup>a</sup> se lembra disso. Ele recebeu a faixa e, dias depois, foi para São José do Pericumã visitar o ex-Presidente José Sarney, dando-lhe todos os postos. Quando veio o **impeachment**, o Presidente da República Itamar Franco – que tinha sido aqui o Presidente da CPI da Corrupção contra o Senador José Sarney – passou a tê-lo como seu homem de confiança. À época da última eleição, S. Ex<sup>a</sup> disse que só se pronunciaria no segundo turno. Não houve segundo turno, mas o Senador José Sarney continua a ser o homem forte de Fernando Henrique Cardoso. Isso é que é poder de sedução, Senador Pedro Simon. Mesmo sem poder, consegue sempre seduzir. Esta declaração que faço não é no sentido de dizer que me rendo a essa sedução. Fui muito castigado e continuo sendo pelo jornal de S. Ex<sup>a</sup>. Não estou procurando ser seduzido; apenas quero mostrar o que é sedução: é o sujeito conseguir conquistar o que deseja quando está por baixo, e não quando está sentado na cadeira de Presidente da República, com uma caneta que escreve o que ele quer e um **Diário Oficial** para publicar o que escreveu. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Francisco Escórcio** – Senador Pedro Simon, conceda-me um aparte, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Senador Pedro Simon, já fui benevolente com o Senador Epitacio Cafeteira e não poderei deixar de sê-lo com o Senador Francisco Escórcio.

Apenas pediria que, em seguida, V. Ex<sup>a</sup> concluísse o seu pronunciamento.

**O SR. PEDRO SIMON** – V. Ex<sup>a</sup> e eu estamos à margem disso. Houve um aparte com relação ao Senador José Sarney e haverá outro no mesmo sentido.

Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte, Senador Francisco Escórcio.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Senador Francisco Escórcio, V. Ex<sup>a</sup> tem o direito de apartear o orador; se for apartear o aparteante, será melhor pedir cinco minutos de tempo para uma explicação pessoal.

**O Sr. Francisco Escórcio** – Não se trata disso, Sr. Presidente. Falarei sobre o tema que está sendo desenvolvido. Talvez a palavra "sedutor" não seja a mais adequada para se dizer do Presidente José Sarney. No meu modo de ver, a palavra mais adequada é "competente". O Presidente José Sarney tem sido competente. Um homem que faz uso do diálogo e tem mostrado isso à Nação; um homem que tinha seis anos de Governo e abriu mão de um ano, é um homem competente. Estamos vendo isso. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Epitacio Cafeteira, é quem pode dizer que competente é Maluf. Eu entendo que é o Presidente José Sarney. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** – Aliás, V. Ex<sup>a</sup> e seu colega ao lado são dois exemplos da competência do Presidente José Sarney.

Apenas quero dizer que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem as qualidades, mas se esforçou para chegar onde chegou; e chegou pelas qualidades. Encontrou um Presidente, o Sr. Itamar Franco, que viu as suas qualidades e deu-lhe a oportunidade. E Sua Excelência tem condições de se transformar num grande Presidente e passar para a História deste País. O apelo que faço é no sentido de que não jogue fora essa oportunidade.

Pediria a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que é amigo do Presidente da República, que solicite à sua assessoria que providencie uns recortes de jornal da época da votação do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, que conseguiu obtê-los. Poderemos observar que houve dois "Sarneys": o Sarney do Plano Cruzado, o Sarney da luta, e o Sarney dos cinco anos, quando a máquina, quando rádios e televisões teriam sido oferecidos em troca dos votos pelos cinco anos. Aquilo foi um carimbo em cima do Presidente José Sarney, embora seja uma injustiça. Dizem que ele brigou por mais um ano, o que é mentira; ele lutou para perder apenas um, e não dois anos. Mesmo assim, não se livrou mais daquela pecha.

Se o Presidente Fernando Henrique ler as manchetes daquela época e ler as manchetes de hoje, de todos os jornais, verá que o preço a pagar é muito caro. Não se trata apenas disso. Até entenderia que o Presidente dissesse: é um preço caro, mas eu pago. Getúlio Vargas fechou o Congresso em 1937 para ficar no poder. Mas Sua Excelência não

precisa pagar. Se houvesse apenas uma alternativa – ou ganho a reeleição agora, ou não tenho mais chance -, eu aceitaria que se submetesse ao desgaste. Mas não se trata disso. Ou Sua Excelência vai para o desgaste agora ou sai consagrado pelo voto popular numa consulta plebiscitária. É isso que se está pedindo, para o Presidente não violentar as regras. Uma Constituinte disse "não", uma Assembléia revisora disse "não", e o Congresso, convocado extraordinariamente, numa sessão extraordinária, vai votar a reeleição.

Acredito que o PPB não irá ganhar no Supremo; duvido que o Supremo tenha coragem de pronunciar-se favoravelmente ao PPB.

Sr. Presidente, é estranho. O que é convocação extraordinária? Convocação extraordinária é aquela feita para votar o que é extraordinariamente importante para ser votado. Será que a reeleição não pode esperar pelo dia 15 de fevereiro? Tem de ser votada em sessão extraordinária? Ou será que tem de ser votada em sessão extraordinária porque o atual Presidente da Câmara tem de ser o condutor do processo? S. Ex<sup>a</sup> tem que conduzir e tem que ser o herói. O herói, lá, o filho, e o herói, aqui, o pai, no Senado Federal.

Sr. Fernando Henrique, se Vossa Excelência seguir por esse caminho irá se arrepender, e amanhã haverá de lamentar o equívoco cometido.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.*

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sabia que a estridência da reeleição abafaria todos os assuntos deste Congresso, atropelaria reformas e faria do Presidente um refém do fisiologismo dos Parlamentares.

Um episódio que vai sendo esquecido, relacionado com a barganha em torno da reeleição, é o da lista do Banco do Brasil incluindo Parlamentares do PPB.

Esse nebuloso episódio das contas de Parlamentares no Banco do Brasil, que não deve cair no esquecimento, deve ser analisado, no entanto, sob três aspectos, embora apenas um esteja sendo focalizado pela mídia.

O mais abordado, por sua obviedade, envolve o uso das contas bancárias como instrumento de

pressão sobre os Parlamentares, em favor do Governo. Embora a pressão não tenha ocorrido, a intenção era evidente e não se consumou graças ao vazamento. O fato é grave, e a tentativa de minimizá-lo e encerrá-lo, sem apuração completa, de tão cínica, deixa muito mal a Direção do Banco do Brasil.

Inútil negar o uso político que se pretendia fazer da lista. Disso ninguém tem dúvida. A questão é única e exclusivamente saber quem é o responsável, se alguém do Banco, por iniciativa própria, ou se uma autoridade maior, situada no Palácio do Planalto.

O certo é que havia o propósito de chantagear Congressistas, o que exige investigação, a ser concluída com a punição do(s) culpado(s).

Essa apuração se tornou ainda mais necessária a partir das declarações do funcionário subalterno, que agiu no cumprimento de ordem, mas foi além, ao acusar os atuais dirigentes de reviverem as condenáveis práticas do Governo Collor.

A manutenção do prestígio do Banco do Brasil e a preservação da credibilidade do Governo estão a exigir que esse imbróglio seja tirado a limpo – esse é o primeiro aspecto.

Mas há um segundo aspecto desse caso estranhamente pouco abordado pela imprensa. Estou falando do tratamento privilegiado que a classe política parece receber do Banco do Brasil. Comenta-se, inclusive, a existência de um "cadastro de autoridades", apartado do cadastro geral, o que já seria, por si mesmo, inusitado e suspeito. Compreende-se que os bancos estatais, como os particulares, possuam um cadastro à parte para seus clientes especiais, aqueles que operam regularmente com a casa, movimentando grandes somas e honrando pontualmente seus compromissos. Natural que esses clientes especiais mereçam tratamento especial. Mas, autoridades e políticos, não há por quê. Mesmo que sejam políticos em geral, inclusive os da Oposição. Mais grave ainda beneficiarem-se apenas os políticos situacionistas.

No primeiro caso, ou seja, praticando tratamento especial para todos os políticos, haveria uma discriminação contra os clientes comuns do Banco; no segundo, tratamento preferencial para os políticos da Situação, uma discriminação ainda mais estrita, favorecendo apenas alguns políticos. Mas, em ambos os casos, além da injustiça para com os demais clientes, ainda se configuraria mal disfarçada prática de corrupção, mediante o aliciamento político em favor do Governo.

Não estou exagerando. A lista divulgada mostra, segundo os jomais, Parlamentares com seus li-

mites de cheques especiais estourados e atingindo quantias relativamente vultosas.

A tolerância da Direção do Banco com essas operações irregulares, que certamente não tem com outros clientes, mostra permissividade, com propósito no mínimo suspeito. Uma relação promíscua que, por antiética, não pode ser admitida.

Existe, no entanto, um terceiro aspecto dessa questão, que ninguém ainda levantou, que eu saiba. Refiro-me à necessidade de sigilo bancário nas relações entre bancos oficiais e detentores de mandatos eletivos.

A rigor, um mandatário nem deveria operar com instituições financeiras estatais, mesmo que o contrato obedeça a cláusulas uniformes, como previsto na Constituição. Mas já que é permitido, que isso se faça com total transparência, sem o manto do sigilo que protege a privacidade do cidadão comum.

Dir-se-ia que essa quebra violaria o princípio constitucional da igualdade perante a lei. Não creio. Seria uma limitação decorrente do exercício da função pública, que concede prerrogativas, mas também impõe restrições aos seus titulares.

Os Parlamentares, como se sabe, possuem regalias de que não dispõem outros brasileiros, inclusive outros agentes públicos. Assim, apenas eles têm direito a imunidade, passagens aéreas, franquias postal, foro privilegiado e residência funcional, as duas últimas concedidas igualmente a outros detentores de mandatos.

Claro que tais privilégios lhes são concedidos, não como prêmio para o seu deleite, mas por necessários para o bom exercício de seus mandatos.

Inversamente, restrições de direitos devem ser-lhes impostas, a fim de que deles não abusem, em função dos mandatos que exercem. Se operações entre Parlamentares e bancos oficiais, resguardados pelo sigilo, podem dar lugar a favorecimentos imorais e a barganhas indecorosas, nada mais natural do que tomá-las, excepcionalmente, não sigilosas.

No Brasil, precisa criar-se a consciência de que o exercício de um múnus público deve ter a contrapartida da transparência, da exposição ao controle da sociedade. Quem quiser privacidade, vá tratar de seus negócios particulares e não se candidate.

**O Sr. Pedro Simon** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Concedo-lhe o aparte, com muito prazer, nobre Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** – Senador Jefferson Péres, sou um admirador de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Muito obrigado, é recíproca a admiração.

**O Sr. Pedro Simon** – Vejo V. Ex<sup>a</sup> como o símbolo de como deve ser um Senador. V. Ex<sup>a</sup> é do PSDB, portanto, um Senador do Governo. Em tese, praticamente sempre tem votado com o Governo; defende as posições deste, mas tem a independência de debater as questões como cidadão – já nem digo como Senador, mas como cidadão. Por várias vezes, estando em risco, em debate a questão da ética pública, V. Ex<sup>a</sup> não foge, vem e toma uma posição. E é o que está fazendo agora. O mal deste País é não termos memória. Os fatos surgem, viram manchetes, capas de jornal, geram debates e mais debates e, logo depois, desaparecem. V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando disse que sabia que, quando surgisse a discussão sobre reeleição, o caso do Banco do Brasil desapareceria. Entrei com um requerimento, solicitando a vinda, que pode ser ao plenário ou à Comissão, de uma representação da área financeira – pode ser o Presidente do Banco do Brasil – para responder as questões sobre esse fato. A única notícia que se tem, Senador, depois que esse funcionário disse que fez a lista, que a elaborou a pedido de sua superiora, e de ela lhe ter dito quem eram os mandatários – esse cidadão teve a coragem de dizer isso de público -, é a informação publicada pelo jornal **O Globo**, de que esse cidadão já foi ou que estaria sendo demitido. Chamaria a atenção do Governo para o fato de que vamos ficar atentos ao que vai acontecer com ele. Porque seria "fantástico" o funcionário ter a coragem de dizer que a lista foi elaborada, de ter dado o nome das pessoas que mandaram fazê-la e, como consequência, ser demitido! Outra coisa estranha: o Presidente disse que não gostou do resultado do inquérito, pois não se apurou nada. Sua Excelência tem razão de não gostar! Mas o Presidente da República não pode não gostar, ter razão de não gostar e o Presidente do Banco do Brasil dizer que nada mais será feito. Ele tem que fazer. Manifesto minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>. Que história é essa de Senador, Deputado, Governador, político ter crédito, pegar dinheiro, o quanto quiser, não pagar e não acontecer nada? A troco de quê? Em nome de quem? Creio que o gerente que faz isso tem que ser responsabilizado. Isso é muito sério! Duvido que aqui, na agência do Congresso ou seja lá onde for, um Parlamentar consiga coagir um gerente do Banco do Brasil para dar-lhe dinheiro fora da área a que tem direito, não pagando o que deve; se vai fazer alguma coisa contra ele ou se vai ameaçá-lo. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Que negócio é esse de alguns fazerem parte de uma folha especial e terem um crédito especial, vantagens especiais? Devem e não pagam e não dão satisfação? De quem é a responsabilidade? Do Congresso não é. Duvido que o Presidente José Sarney, ou seja lá quem for, tenha

solicitado, a qualquer título, que qualquer um de nós tenha dinheiro fora da taxa normal de qualquer cidadão. Veja então V. Ex<sup>a</sup>: primeiro, o Banco dá mais dinheiro do que deveria, sem garantias, e não cobra; segundo, circula uma lista com interrogações e com ameaças. E não acontece nada? E esse fato é considerado corriqueiro? E não nos escandalizamos mais com nada? Trago a minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>. Quando ouvi o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, tomei providência e foi lido, ontem, o meu pedido de convocação para que uma representação do Governo venha a esta Casa dar uma resposta a isso. O problema não são os nove membros da Executiva do PPB. Trata-se de uma questão de consciência nacional. Foi usada ou não foi usada? Foi feita chantagem ou não? Houve burla ou não? Foi feita a tal lista ou não? Na verdade, a Nação merece uma resposta. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Em matéria de ética e de moralidade pública não se pode transigir, Senador Pedro Simon. Eu já disse aqui: ou se tem ética ou não se tem.

Se V. Ex<sup>a</sup> é do Governo e tenta abafar as coisas erradas que o Governo faz, V. Ex<sup>a</sup> não é ético. Se V. Ex<sup>a</sup> está na Oposição e investe contra o Governo, de qualquer maneira, apenas para atingi-lo, V. Ex<sup>a</sup> não é ético. Não se trata do PPB; trata-se do Sr. Paulo Maluf. A pior coisa que pode acontecer a este País é um dia o Sr. Paulo Maluf chegar à Presidência da República. Não importa; importa saber até que ponto membros do Parlamento estão sendo tratados, no Banco do Brasil, ao que parece, de forma privilegiada, e parece que isso estava sendo usado, ou se pretendia usar para chantageá-los? São os únicos casos? Existe realmente um cadastro de autoridades no Banco do Brasil? Até que ponto o Banco do Brasil está sendo instrumento de pressão sobre Parlamentares, Senador Pedro Simon? E note que o funcionário, que V. Ex<sup>a</sup> disse que será demitido, declarou – está na revista **Veja** – que esse cadastro existia nos tristes tempos do Sr. Lafaiete Coutinho e tinha desaparecido da Presidência do Banco do Brasil durante o Governo Itamar; e que teria resurgido agora. Está na **Veja**. O funcionário declarou isso. O Congresso Nacional não vai apurar? É de uma gravidade enorme a denúncia!

**O Sr. Pedro Simon** – E sobre isso saiu na **Veja** uma reportagem da maior gravidade, e V. Ex<sup>a</sup>, que está na tribuna, se pronuncia. Mas não ouvi mais ninguém falar sobre isso. A rigor, o assunto já passou. A **Veja** é que está insistindo, e V. Ex<sup>a</sup>, que está na tribuna. Foi publicada uma reportagem pela **Veja**, da maior seriedade, em que um cidadão teve a coragem de contar isso que V. Ex<sup>a</sup> cita. E se V. Ex<sup>a</sup>

não fosse à tribuna, o assunto ficaria praticamente no esquecimento. Repare a gravidade: estamos perdendo a capacidade de nos indignar. A **Veja**, com muita autoridade, com muita seriedade, invocou o assunto. Esse rapaz, com muita coragem, contou a história. E não se falou mais nada. Ontem, li nos jornais que ele estava prestes a ser demitido. E V. Ex<sup>a</sup> vem tratar do assunto, senão ele ia ser tratado **en passant**. Ninguém achava que ele era importante.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Como é muito difícil constituir aqui uma CPI, creio que é tempo de convocar os diretores do Banco do Brasil, o seu Presidente.

**O Sr. Pedro Simon** – Já estão convocados.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Tudo isto se relaciona, infelizmente, com o problema da reeleição. Sempre tive muito medo de que o Governo se tomasse refém da reeleição.

E compartilho da estranheza de V. Ex<sup>a</sup>: por que o Presidente Fernando Henrique Cardoso preferiu esse caminho? Sua Excelência ganharia o plebiscito. A inflação está lá embaixo, o real promoveu distribuição de renda, coisa que nunca houve neste País. O Governo é popular.

Quem está insatisfeita é a grande parte da classe média, e muito justamente insatisfeita. O funcionalismo público, por exemplo, é uma grande vítima do Plano, porque está com os vencimentos congelados. Os preços dos serviços subiram e ele teve o seu poder aquisitivo reduzido. O funcionário público é uma vítima, tem toda razão de estar insatisfeito. Mas, a grande massa foi favorecida, esta que é a verdade. O Presidente ganharia o plebiscito facilmente e não sabemos por que ele resolveu tomar esse caminho difícil e está nessa situação constrangedora de receber todos os dias muitos Parlamentares que, com o maior descaramento, informam à imprensa, não fazem segredo, que foram lá exigir benefícios para os seus Estados – e não sei se apenas para os seus Estados?

**O Sr. Pedro Simon** – Nobre Senador, no plebiscito só haveria um vencedor: Fernando Henrique Cardoso. Da maneira que se está fazendo haverá vários vencedores e Sua Excelência ficará amarrado. Se for aprovada no mês de janeiro, a reeleição terá um herói, que é o Presidente da Câmara, que passou por cima de tudo. E querem construir aqui a família heróica: o Presidente da Câmara, no mês de janeiro, e o Presidente do Senado, o pai, aqui, no mês de fevereiro, que vão ser os grande heróis da reeleição. O Sr. Fernando Henrique ficará amarrado ao Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Antonio Carlos,

ao Ministro das Comunicações e terá que seguir um caminho que não é o que ele deveria seguir. Se sair o plebiscito, ele ganha. E não será o discurso do Sr. Antonio Carlos nem do filho do Sr. Antonio Carlos nem do Sr. Sérgio Motta na televisão que levará o povo a votar nele – será o discurso dele, pessoalmente; será uma vitória pessoal dele.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Já que o plebiscito não é possível, por que não o referendo? Se o Presidente dissesse, não apenas fazer figuração, que concorda com o referendo; se ele embarcasse na luta do referendo e dissesse que o quer, ele deixaria a Oposição sem argumentos. Se ele dissesse que quer o referendo, que o povo vai decidir, quem poderia ser contra uma consulta popular? E Sua Excelência ganharia.

Eu dizia há pouco: ou se é ético ou não se é. Senador Pedro Simon, eu, por exemplo, teria interesse, no Amazonas, em ser contra a reeleição. Sou candidato potencial ao Governo. Quase todos os Partidos de Oposição convergem para o meu nome. Se a reeleição passar – e quero que passe para Governadores -, vou enfrentar o Sr. Amazonino Mendes, Governador do Estado. Eu teria todo o interesse em manobrar aqui para não enfrentá-lo. Mas paciência, tenho de enfrentá-lo nas umas, limpamente. Se o povo preferir o Sr. Amazonino Mendes, que seja ele. Agora, fugir disso, usar o Congresso, trabalhar contra a reeleição para negar ao Sr. Amazonino Mendes o direito de ir às umas me enfrentar e ver o Governo dele ser julgado pelos eleitores não seria ético de minha parte. Não é assim que se deve agir.

É lamentável tudo isso. Espero que o problema do Banco do Brasil não caia no esquecimento. Espero em Deus que o Presidente, num momento de reflexão, de lucidez, aceite o referendo e a desincompatibilização que propus ontem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 05 minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer um registro que creio seja importante para o usuário da aviação aérea brasileira. Dias atrás, ouvi, neste mesmo plenário, o Senador Sebastião Rocha denunciar a Viação Aérea São Paulo, VASP, por ter deixado no aeroporto de Brasília, sem condições de embarque, inúmeros passageiros que possuíam

passagens marcadas e confirmadas, pois o avião proveniente de São Paulo já havia chegado lotado em Brasília. A meu ver, aquilo foi um absurdo e, ontem, passei pela mesma experiência.

Creio que esse é o resultado do que se chama privatização. O Governador Orestes Quércia praticamente deu ao cidadão Wagner Canhedo a empresa Viação Aérea São Paulo. Todo mundo conhece – a imprensa noticiou – a conduta desse cidadão que, em determinado momento, esteve inclusive ameaçado de ser preso.

Esse cidadão assumiu a empresa com uma ganância que é comum àqueles que só pensam em ganhar dinheiro. Recebeu todas as benesses do Governo; ganhou a VASP, como já disse, de presente do Governo de São Paulo; recebeu inúmeros financiamentos do Governo Federal para manter a empresa e, agora, trata o passageiro como se ele não valesse nada! Quer manter os seus aviões cheios, vende todas as passagens em São Paulo, com a pressuposição de que alguns desistirão, e que, dessa forma, ao passar por Brasília, seguindo para Belém ou Manaus, haverá lugar no avião para os que aqui compraram e marcaram os seus bilhetes.

Ontem, houve uma verdadeira revolta no aeroporto. Eu e meu filho, dois Deputados Federais do Amapá e mais 22 passageiros com passagens marcadas e confirmadas não pudemos embarcar. Não havia uma única vaga, o avião chegou lotado de São Paulo.

O Deputado Federal Gervásio Oliveira, do Amapá, inclusive do meu Partido, invadiu as dependências do aeroporto, invadiu o avião. A Polícia Federal tentou retirá-lo à força, S. Ex<sup>a</sup> resistiu à pressão e, com isso, tiveram que colocar uma criança no colo da mãe para que o Deputado pudesse embarcar. E o fez com todo o direito, porque estava com sua passagem confirmada. Resolvi não fazer o mesmo. Fui ao Departamento de Viação Civil e registrei a queixa contra a VASP e, hoje, vim à tribuna desta Casa para fazer esta denúncia contra a empresa.

Todo mundo sabe que os aviões da VASP são os menos confortáveis que existem no País. A distância entre as poltronas foi reduzida. São as aeronaves onde os passageiros viajam mais apertados, mais desconfortáveis. Ainda assim, permanentemente está acontecendo o que ocorreu ontem em Brasília.

Falo em meu nome pelo constrangimento que passei, pelos compromissos que estou deixando de cumprir hoje, no meu Estado, e em nome de mais 22 pessoas, que poderiam ter compromissos até mais sérios do que o meu.

Não creio que a ganância possa prevalecer diante do interesse do usuário. O Governo brasileiro tem que tomar providências contra essa empresa. As empresas aéreas brasileiras, todos sabem, possuem as passagens mais caras do mundo. Alegam as mesmas que as passagens são caras porque os custos brasileiros são altos.

Recentemente, este Senado da República aprovou uma lei reduzindo o ICMS das passagens e o dos combustíveis, com a finalidade de facilitar a vida das empresas aéreas brasileiras. Por não acreditar nessa lei, absteve-me de votar. Porém, foi aprovada pela quase totalidade deste Plenário. No entanto, essas empresas aéreas continuam maltratando os passageiros, principalmente a VASP, que é hoje de propriedade do Sr. Wagner Canhedo; um cidadão que, acima de tudo, só se importa com a ganância, com a usura e não se incomoda absolutamente em desrespeitar o direito dos passageiros.

Ainda ontem, insistimos para falar com ele pelo telefone – eu e os 22 passageiros que não conseguimos embarcar. A gerente de atendimentos explicou-lhe a nossa situação; houve uma proposta no sentido de se fretar um avião para levar os passageiros que lá ficaram. Mas ele simplesmente se negou a atender o pedido. O máximo que ofereceu foi o que toda companhia aérea oferece: levar os passageiros a um hotel para que aguardassem uma nova oportunidade de embarque.

Fiz a minha queixa ao Departamento de Aviação Civil e vou procurar todos os órgãos competentes à área de aviação para que abusos dessa espécie não continuem a acontecer.

Quero registrar a minha crítica veemente, o meu repúdio a esse cidadão que só pensa em dinheiro e que não tem nenhum respeito pelo povo brasileiro.

Lamento que o Governador Orestes Quércia, assim como o Governo Federal, através do BNDES, tenham facilitado tanto a vida de um cidadão inescrupuloso como o cidadão Wagner Canhedo.

Era este o registro que, com muita indignação, eu gostaria de fazer neste Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Osmar Dias deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, pelo prazo de 20 minutos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ontem aqui afirmei, no tempo destinado à comunicação de liderança, que esta convocação extraordinária, na verdade, tem o único objetivo de discutir e votar a reeleição.

Não ouvi o pronunciamento do Senador Pedro Simon. É possível até que eu seja repetitivo em alguns pontos. Por isso, de antemão, peço desculpas.

Eu gostaria apenas de registrar, no que diz respeito à questão levantada pelo Senador Jefferson Péres, sobre a famosa lista do Banco do Brasil, que apóio integralmente o seu ponto de vista.

Logo que saiu a reportagem sobre a matéria na revista **Veja**, o nosso Partido entrou com uma representação junto ao Ministério Público, no sentido de que fossem apuradas aquelas denúncias feitas pelo funcionário. Mas quero dizer também que é bem possível que a investigação relativa ao vazamento das informações sobre a lista do Banco do Brasil tenha o mesmo destino da questão, por exemplo, da famosa gravação das conversas do Embaixador, que era Secretário do Presidente da República, em relação ao Projeto Sivam. Parece-me que foi punido apenas o policial responsável pelas gravações; nada houve em relação ao mandante da gravação e, principalmente, não se apurou a responsabilidade daquilo que se ouvia na gravação, que eram indícios muito fortes de tráfico de influência.

Mas este é o nosso Brasil! O mesmo Brasil onde agora estamos vendo tantas pessoas defenderem a reeleição, com base no argumento de que democracias mais avançadas a aceitam – e citam o exemplo dos Estados Unidos.

Ontem, ao apartear o Senador Jefferson Péres, disse que, no meu Partido, havia pessoas favoráveis à reeleição em tese, mas contrárias a que valesse para os atuais ocupantes de cargos. Existem os que são contrários à introdução no Brasil da possibilidade da reeleição ou da reelegibilidade. Inicialmente, eu me aliava àqueles que são favoráveis à reeleição em tese, mas agora estou convencido de que no Brasil não deve ser introduzido o princípio da reelegibilidade.

Pretendo desenvolver, com mais tempo, esse raciocínio, mas eu não poderia deixar de fazer um registro das diversas manchetes estampadas nos jornais de hoje, algumas até de primeira página.

Em pronunciamento oficial, o Presidente da República disse que a reeleição é assunto do Congresso Nacional, assunto em que não se mete. Ora, isso não encontra paralelo na realidade! Basta vermos as manchetes: "Ruralistas negociam dívidas do

setor em troca de votos", "Deputados do Mato Grosso exigem cargos", "Balcão de negócios da reeleição", "FHC recebe romarias de parlamentares", "Voto para reeleição reacende fisiológicos", "Operação de guerra para aprovar a reeleição" e mais algumas outras que não anotei.

Se esse é um assunto que diz respeito exclusivamente ao Congresso Nacional, por que tem de haver romaria de Deputados ao Palácio do Planalto? Se o Presidente da República não se envolve na discussão da reeleição, por que tem de haver romaria de Parlamentares para conversar com o Presidente da República?

Ontem ouvimos dizer, mais uma vez, que a Bancada de Rondônia – com todo o respeito a esse Estado – estaria condicionando o seu voto à liberação de verbas para estradas. Isso já aconteceu no caso da reforma da Previdência. Nada tenho contra o fato de os Parlamentares de Rondônia irem ao Planalto para tentar liberar verbas para estradas ou para quaisquer outros assuntos de interesse do povo de Rondônia. Essa também é tarefa dos Parlamentares. Mas pergunto: o que tem a ver o Estado de Rondônia com a Previdência? O que tem a ver o Estado de Rondônia com a reeleição? Na verdade, podemos constatar que o Presidente da República é o principal interessado na questão da reeleição.

Diz-se: "Se o Presidente da República concordar com o referendo ou com o plebiscito, a população votaria, majoritariamente ou esmagadoramente, favorável à proposta da reeleição". Se isso acontecesse, o Presidente da República estaria liberto das pressões fisiológicas. Então, perguntamos: Por que o Presidente não concorda? Das duas, uma: ou o Presidente não tem tanta segurança de que seria vencedor no plebiscito ou no referendo, ou não quer libertar-se dessas pressões fisiológicas. Acredito mais na segunda hipótese, até porque entende-se que libertar-se das pressões fisiológicas significa libertar-se também das pressões que a sua base parlamentar exerce. Sabe-se que foi a aliança de partidos que possibilitou a sua eleição, que vem sustentando o seu Governo e aprovando todas as reformas, todos os projetos do Presidente. Pelo jeito, o Presidente não quer libertar-se dessas amarras.

Estou desenvolvendo o raciocínio do por que sou contrário ao princípio da reeleição no Brasil. Registro primeiramente que são falaciosos os argumentos, as comparações feitas entre a realidade brasileira e a situação política de outros países. É falacioso também dizer que o instituto da reeleição, por si só, é demonstração da existência de uma democracia maior, mais avançada.

Como disse ontem, todos os países citados como exemplos pelo fato de adotarem o princípio da reeleição, com exceção dos Estados Unidos, são países parlamentaristas. No Parlamentarismo, como o Presidente da República é muito mais o Chefe de Estado do que o Chefe de Governo, mesmo nos chamados Parlamentaristas/Presidencialistas, como é o caso de Portugal e França, justifica-se o princípio da reeleição.

Existem dezoito repúblicas sul-americanas presidencialistas. Dessas dezoito, apenas duas – e muito recentemente – adotam o princípio da reeleição: a Argentina e o Peru. Sabemos em que situação o Peru o fez: o Presidente Alberto Fujimori fechou o Congresso com o apoio da população. Cabe aqui um alerta para aqueles que muitas vezes pedem o apoio da população para a reeleição: esse argumento é perigoso, na medida em que pode ser usado também para fechar o Congresso.

Para evitar a resposta que o Senador Geraldo Melo deu ontem ao Senador Ademir Andrade, registro que não estou insinuando que o Presidente da República esteja pensando em fechar o Congresso; estou apenas dizendo que o argumento do apoio da população é perigoso. Historicamente ele vem sendo utilizado também para aventuras golpistas.

A Argentina aprovou a reeleição numa situação muito semelhante a do Brasil de hoje: estabilidade, êxito do plano econômico, apoio da população, um Presidente navegando nas águas da popularidade. Aprovou-se a reeleição, o Presidente Menem foi reeleito. Hoje, a situação da Argentina, e também do governo Menem, é diametralmente oposta àquela da época em que foi aprovada a reeleição.

Parecemos muito mais com Menem e Fujimori do que com Bill Clinton. Mesmo nos Estados Unidos houve, desde a primeira Constituição até agora, uma restrição ao direito da reeleição. O direito brasileiro também evoluiu exatamente no sentido contrário ao proposto hoje. Inicialmente a reeleição era proibida apenas para presidente da República, depois passou a ser proibida para governadores e posteriormente para prefeitos.

É falso também vincular a democracia ou a sua própria continuidade à possibilidade que o povo terá, ou não terá, de escolher aquele mesmo governante. Para nós da esquerda, essa foi uma lição muito dura e muito forte. O fortalecimento da democracia está relacionado também à não continuidade das pessoas que porventura estejam ocupando cargo executivo, mesmo que haja continuidade da política, da linha ideológica, administrativa, etc, porque a Histó-

ria mostra que, mesmo havendo convergência na linha política, nas propostas ideológicas e administrativas, o simples fato de haver modificação ou substituição das pessoas provoca não só um arejamento do poder, como também visões diferentes da forma de se aplicar uma mesma linha político-administrativa-ideológica, que são inerentes à própria diferença da natureza humana.

Em segundo lugar, utiliza-se como justificativa o fato de que o programa político de um determinado presidente, governador ou prefeito não se esgotou naquele prazo determinado do seu mandato. Ora, se formos fazer um levantamento da política do mundo, vamos ver que nenhum prefeito, governador ou presidente da república achará, por si mesmo, que, ao final do seu mandato – tenha sido ele de quatro, cinco, dez, quinze ou vinte anos -, tenha encerrado a sua tarefa, completado o seu trabalho, concluído a sua plataforma. Em qualquer situação, sempre o governante achará que se tivesse mais tempo poderia concluir aquele trabalho que julgava ser necessário. Isso também é inerente à natureza humana.

No caso específico do Brasil, dizia eu que somos muito mais parecidos com Menem e Fujimori do que com Bill Clinton. Isso está relacionado à própria estrutura social brasileira e à forma como a política funciona e, historicamente, tem funcionado no Brasil. Nós somos um país de formação absolutamente patrimonialista, um país de Estado privatizado, um país onde o poder das oligarquias ainda é muito grande.

Nessa proposta que se está fazendo, contemplada no relatório da comissão da Câmara, está-se propondo a reeleição em todos os níveis – para Presidente, governador e prefeitos -, sem a necessidade da desincompatibilização. Argumenta-se que a desincompatibilização é uma contradição, em termos, com o princípio da reelegibilidade e que não existe reeleição com desincompatibilização em nenhum lugar do mundo. Registramos, também, que não existe, em nenhum lugar do mundo, presidencialismo com medida provisória. Mas existe no Brasil.

O que deve ser ressaltado é que, se se acabar com o princípio da desincompatibilização, dever-se-á também, até por coerência, acabar com o princípio das inelegibilidades com relação a parentes, secretários de Estados, ao Ministério Público, a pessoas que exerçam cargos em estatais, na administração pública, etc.

A grande tendência em vários municípios brasileiros – talvez na maioria dos cinco mil – é chegar-se a uma situação de quase feudalização. Os prefeitos, particularmente naquelas cidades que têm nove ou

onze vereadores, vão poder candidatar-se à reeleição sem desincompatibilização. Como não vai haver desincompatibilização para o chefe do Executivo, do prefeito ou do governador, não vai ter sentido haver para os secretários, é óbvio.

Aqueles municípios que só têm três, quatro ou cinco secretarias vão ampliá-las para nove e todos os secretários – que poderão, inclusive, ser parentes, pois já que se acaba com o princípio da desincompatibilização, não se justifica continuar com o princípio da inelegibilidade para parente – serão candidatos a vereador, com possibilidades muito maiores de se elegerem do que aqueles que não têm os mesmos instrumentos de "convencimento" da população.

Isso poderá provocar, particularmente nos pequenos municípios, um processo absurdo de feudalização, de exclusão de qualquer possibilidade de alternância no poder, de perpetuação de oligarquias, de uma tendência cada vez maior à presença do continuísmo familiar, enfim, um aprofundamento de tudo aquilo que já acontece em um grau bastante elevado no Brasil.

E aí perguntamos: é esse o exemplo de aperfeiçoamento democrático que deve ser tomado pelo Brasil? Será que não existem outras medidas de aperfeiçoamento democrático que deveriam ser tomadas antes de se discutir a possibilidade da introdução do princípio da reelegibilidade no País?

Temos o exemplo, tantas vezes citado, de parlamentares que se elegem por um Partido e mudam para outro, trocando de partido como se troca de camisa; temos a própria questão do voto distrital que, particularmente, considero polêmica, mas que acredito deveria ser discutida antes do princípio da reeleição; temos a representação distorcida, particularmente na Câmara dos Deputados, enfim, questões que, a nosso ver, teriam muito mais urgência dentro desse princípio de aperfeiçoamento democrático do que a própria discussão da reeleição, principalmente da forma como está sendo colocada: se o Governo está bem, se está dando certo, se a população o apóia.

Em função disso vai-se propor a reeleição, transformando a democracia, que deve ter um caráter universal e, portanto, abranger meio e fim, num instrumento que, conjunturalmente, possa ser utilizado para favorecer aqueles governantes que estão bem diante da população. Isso, inclusive, no futuro, pode ser utilizado como um instrumento para prejudicar aqueles que, por um ou outro motivo, estejam com baixos índices de popularidade.

**O Sr. Romero Jucá** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concedo o aparte ao Senador Romero Jucá.

**O Sr. Romero Jucá** – Senador José Eduardo Dutra, comungo com as preocupações de V. Ex<sup>a</sup>, porque, apesar de entender que o instituto da reeleição, em tese, tem um aspecto extremamente democrático e estimulante com relação aos governantes que estão exercendo o seu mandato, sem dúvida nenhuma, no Brasil real, há uma dificuldade operacional muito grande para que essa tese democrática da reeleição se transforme numa operação democrática de escolha livre do voto. Tenho externado a minha preocupação sobre questões operacionais relacionadas à reeleição. Falaria, inicialmente, da questão da desincompatibilização, que já foi, inclusive, mencionada pelo Senador Jefferson Péres, e, mais, da própria fiscalização e operacionalização do processo eleitoral. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: nos Estados e nas prefeituras mais pobres, onde historicamente vem-se configurando abuso de poder econômico e político mesmo quando não existe a possibilidade de reeleição, como se irá tratar essa questão se o governador ou o prefeito é candidato, lutando por uma recondução? É fácil dar alguns exemplos. Primeiro, perguntaria: a Polícia Militar de um Estado comandado por um governador que é candidato vai prender o governador, vai coibir abusos do governador em campanha?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – A resposta é óbvia.

**O Sr. Romero Jucá** – Segunda questão. Fatos e a atuação do próprio Governo em Estados pobres, distribuição de cestas básicas às vésperas das eleições para Governo do Estado é um programa político ou social? Essa distribuição de cestas básicas interfere ou não no julgamento de votos de uma população que vive morrendo de fome? Essas são questões operacionais que devem ser respondidas. Por diversas vezes denunciei, nas eleições em Roraima, o uso da máquina, de veículos e de combustível oficiais, helicópteros e aviões do Governo, enfim, o uso espúrio de uma máquina que não tem como ser fiscalizada. Porque quando se procura a Polícia Federal ou o Ministério Público eles afirmam não possuir aviões, nem veículos e nem gente para fiscalizar. Então, essas questões devem ser respondidas, sob pena de – como V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem – estarmos implantando, sob o manto da democracia, a volta ao feudalismo. Porque, na verdade, quem tiver dinheiro para manipular espaços públicos, sem critério ou sem caráter, vai se perpetuar no poder. Então, gostaria de registrar a minha preocupação, apesar de

ver na tese da reeleição um aspecto extremamente democrático, importante, mas na operacionalidade dela, sem dúvida nenhuma, está o calcanhar-de-aquiles de um processo que pode libertar a sociedade brasileira ou comprometer mais ainda a frágil escolha do processo democrático brasileiro.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Nobre Senador Romero Jucá, as questões levantadas por V. Ex<sup>a</sup> são pertinentes e vêm reforçar a minha convicção de que o princípio da reeleição não pode ser discutido como uma tese.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – Senador José Eduardo Dutra, não quero ser indelicado com V. Ex<sup>a</sup>, mas o seu tempo já se esgotou há mais de cinco minutos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Já concluírei, Sr. Presidente.

O princípio da reeleição não pode ser considerado como uma tese mais ou menos democrática em si, como o é o sufrágio universal, o voto secreto, porque a reeleição, ou a sua possibilidade, tem que ser encarada como um instrumento que deva ou não existir, a depender da realidade de cada país. Daí a minha discordância em apresentar como justificativa, na defesa da reeleição, como um aspecto por si só mais democrático, a citação de exemplos de outros países com realidades absolutamente diferentes da nossa. E os pontos aqui já levantados por mim, como também as questões levantadas pelo Senador Romero Jucá, deixam-me no convencimento de que na realidade do Brasil de hoje, levando-se em consideração todos esses aspectos, o princípio da reelegibilidade não é um aperfeiçoamento da democracia, não é um avanço democrático, muito ao contrário, é um retrocesso e vai no sentido oposto ao processo de desenvolvimento da democracia brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, pedindo desculpas a V. Ex<sup>a</sup> por haver me alongado tanto. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Romero Jucá deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Escórcio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, têm sido muito poucos, decididamente insuficientes, os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, destinados à Ama-

zônia Ocidental e, em especial, ao meu Estado de Roraima.

Essa repartição injusta do Fundo e essa exigüidade dos financiamentos do FNO a Roraima revelam, a meu ver, uma insensibilidade do Governo Federal e, principalmente, dos órgãos federais envolvidos, em relação aos difíceis problemas enfrentados por Roraima, que é um Estado novo em implantação. Percebo aí, Sr. Presidente, não apenas indiferença com relação às dificuldades próprias de Roraima: há também uma grande perda de oportunidades e uma atitude de omissão frente às potencialidades do nosso Estado. São potencialidades que justificariam, sem sombra de dúvida, maior criatividade e maior empenho no uso dos financiamentos e maior volume de recursos.

A política federal de financiamentos a Roraima não deve seguir, como segue hoje, critérios especialmente burocráticos, indiferentes às peculiaridades do Estado, mas sim um novo norte, uma orientação inteligente e justa, que estabeleça mecanismos de estímulo e compensação que levem em conta a situação muito própria de um Estado novo que se precisa implantar e também da grave crise econômica, por um lado, e de possibilidades inexploradas, por outro.

Roraima, com seu território de 224 mil quilômetros quadrados e uma população com cerca de 250 mil habitantes, representa cerca de 2% da população e 6% do território da Região Norte. Porém, o que define a situação do Estado de Roraima como merecedor de uma atenção especial, compensatória até, são outros parâmetros, sejam os que representam dificuldades na implantação de um novo Estado, sejam os que representam valiosas oportunidades de investimento.

O reconhecimento dos direitos indígenas, que é política nacional, teve, no início, um grande impacto sobre o desenvolvimento de Roraima. A demarcação de uma enorme área geográfica do tamanho de Portugal, cerca de 8 milhões de hectares para os lanomâmis que lá habitam, subtraiu de Roraima um decisivo quinhão no seu território.

É verdade que os lanomâmis são uma verdadeira relíquia antropológica que interessa a toda humanidade preservar, inclusive à população do Estado de Roraima. Mas a segregação de seu território, quase que formando um país a parte, reduziu, sem sombra de dúvida, verticalmente a atividade mineradora, que era um grande estímulo à economia do Estado, pois o território lanomâmi cobre várias concentrações de jazidas minerais de ouro, diamante,

cassiterita e muitos outros minérios, e agora o acesso à sua exploração está condicionado a aprovação de uma legislação que, inclusive, é de minha autoria, já tendo tramitado e aprovada no Senado, agora tramita na Câmara dos Deputados.

A longo prazo, Brasil e Roraima terão que achar meios de resguardar os interesses da questão mineral, preservando a cultura indígena e protegendo aquelas populações.

Mas, além dos lanomâmis, Roraima abriga mais sete etnias indígenas: Macuxi, Vaimiri-Atroari, Uapixana, Maiongongue, Vai-Vai, Ingaricó e Taurepangue. É a maior concentração de povos primitivos das Américas. Roraima os abriga, prestando um serviço ao Brasil. Isso deve ser levado em conta. Portanto, se temos uma parte intocada no nosso território, na outra parte, na destinada ao processo de desenvolvimento, o Governo Federal tem que ter uma política de prioridade para o nosso Estado.

Dos recursos do FNO liberados entre 1989 a 1994, incluídos projetos rurais e industriais, couberam a Roraima menos de 5% do valor total que coube à Região Norte. Foram apenas US\$26 milhões para Roraima contra US\$566 milhões para a Região Norte. Quero crer, portanto, que houve aí falta de percepção e falta de atuação sobre as peculiaridades de Roraima.

Roraima ocupa uma posição estratégica como ponta de lança nortista do território nacional. Faz fronteira com a Venezuela, de um lado, e com a Guiana, do outro. São quase mil quilômetros de fronteira com a Venezuela e outros tantos quilômetros com a Guiana. Noventa por cento do seu território, portanto, encontram-se no hemisfério norte. O Brasil não pode então deixar ali um vazio de desenvolvimento. Os financiamentos a Roraima devem visar ao fortalecimento da economia do Estado, à atração, ao Estado, de novas populações e o fortalecimento do processo da Amazônia Ocidental. Esses financiamentos, portanto, não podem e não devem, por sua insuficiência, promover um esvaziamento do nosso Estado.

O FNO deve ser usado em Roraima, tendo em vista os seus potenciais. Potenciais para o crescimento da pecuária, da fruticultura tropical, da indústria associada à madeira. Os campos, montanhas e florestas, suas belezas intocadas, a presença indígena são fatores também de desenvolvimento para o ecoturismo. O intercâmbio comercial com os países vizinhos deve ser um ponto também a ser estimulado. É uma fronteira comercial, portanto, ainda inexplorada pelo Brasil.

No entanto, o que percebemos, tristemente, é a omissão de órgãos federais. Das cerca de cem agências do Banco da Amazônia S.A. – BASA, apenas duas, repito, duas estão localizadas no vasto território de Roraima. É muito pouco!

A omissão se constata também quando examinamos as destinações, para projetos industriais em Roraima, de financiamentos do FNO: praticamente não existiram. Foram simplesmente zero nos anos de 1989, 1990, 1992 e 1994.

Em novembro de 1994, existiam projetos industriais aprovados ou em estudos, para receberem créditos do FNO, totalizando apenas um milhão de dólares para o Acre, quase dois milhões de dólares para Tocantins e meio milhão de dólares para Rondônia. E, novamente, zero para o Estado de Roraima.

Se examinarmos historicamente os recursos do FNO, ano a ano, destinados a Roraima e à Região Norte como um todo, verificaremos a seguinte situação, em valores aproximados de milhões de dólares:

- em 1989, dois milhões de dólares para a Região e zero para Roraima;
- em 1990, cento e seis milhões para a Região e apenas quatro e meio milhões para Roraima, o que representa menos de 5% do total;
- em 1991, noventa e três milhões para a Região e oito e meio milhões para Roraima, menos de 10%;
- em 1992, vinte e seis milhões para a Região e apenas um milhão para Roraima;
- em 1993, setenta e seis milhões para a Região e quatro e meio milhões para Roraima, menos que 6%;
- em 1994, mais de sessenta milhões para a Região e apenas oito milhões para Roraima.

Muito pouco, Sr. Presidente, para um Estado cuja economia foi devastada pelo desmoronamento da atividade mineradora. O Estado de Roraima precisa de estímulo, políticas compensatórias, iniciativas redentoras.

A agropecuária, em Roraima, também passa por uma grande crise. O comércio em Roraima passa por uma depressão perigosa. É tal sua situação que passou a depender, para dar sinais de vida, da injeção mensal apenas representada pelos recursos da folha de pagamento dos funcionários públicos. Roraima hoje e sua economia vivem à base do contracheque dos servidores que ali trabalham.

Roraima, no entanto, é um porto avançado em nosso extremo norte. Seria importante uma política nacional que deixasse que Roraima pudesse se desenvolver e não que lhe dê fim, da forma como acontece hoje. Ao contrário, temos que estimular, in-

clusive pelo uso judicioso do FNO, sua economia e a nossa população.

Devem ser também implementados os projetos de área de livre comércio, previstos e aprovados em lei, para os Municípios de Pacaraima, junto à fronteira da Venezuela, e de Bonfim, junto à fronteira com a Guiana. A ativação econômica provocada por essas áreas fronteiriças de livre comércio certamente criaria oportunidades de financiamentos e de instalação de indústrias com financiamento inclusive pelo FNO.

Sr. Presidente, o Estado de Roraima vive um momento em que não pode dispensar a esperança, a recuperação do otimismo e da vitalidade, apesar da inoperância do seu governo estadual. Acredito que têm sido perdidas oportunidades diversas de trazer necessários estímulos ao Estado, que não tem hoje, infelizmente, um plano e um projeto de desenvolvimento para a criação de empregos, implantação de indústrias e fortalecimento da agropecuária.

Creio, no entanto, que entre as falhas cometidas encontra-se a destinação de recursos insuficientes, a Roraima, pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o FNO.

Fica, portanto, o meu alerta e o meu pleito ao Governo Federal, ao Basa, ao Presidente da República e ao Ministro do Planejamento, para que revejam essas dotações e que para se corrija a injustiça que se comete hoje com o nosso Estado de Roraima.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos, por 20 minutos.

**O SR. LAURO CAMPOS** (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, daria apenas um aparte ao nobre Senador José Eduardo Dutra. Mas, temendo que o meu aparte pudesse ultrapassar o tempo determinado pelo art. 14 do Regimento, os exíguos dois minutos a que devemos regimentalmente limitar os nossos apartes, preferi alongar um pouco o meu raciocínio, embora o eminente Senador não esteja mais no recinto. Obviamente, são preocupações a respeito do golpe da reeleição que se pretende praticar contra a tênue, tenra árvore da democracia brasileira a que já se referia o ilustre político baiano Octávio Mangabeira.

Gostaria de saber por que esse açodamento, por que essa convocação extraordinária para o nada, a não ser que a reeleição seja o tudo, que preenche esse nosso vazio, que preenche essa nossa ociosidade remunerada; para desmoralizar apenas os Congressistas, os Parlamentares, os Sena-

dores e os Deputados, colocando nas manchetes que estamos recebendo R\$32.000,00 para apenas apreciarmos a vontade, o desiderato do Presidente de se manter por mais quatro anos à frente da Presidência. Por que, então, não mandar a conta para Sua Excelência pagar? A conta que não é esta, mas é uma conta muito elevada.

À Imprensa que afirma que vamos receber R\$32.000,00, eu digo que trocaria e troco os meus R\$32.000,00 por R\$16.000,00, porque não mais do que isto entrará, de forma líquida, em minha conta corrente devido a essas extraordinárias remunerações. Mas, mesmo assim, já é muito. E o Presidente, que está interessado nisso, Sua Excelência que pague e não empurre sobre o Legislativo a desmoralização desta nababesca convocação extraordinária.

Não há, obviamente, justificativa. Mas eu gostaria de lembrar que um Vereador, em Contagem, recebe R\$17.000,00 por mês, e a Imprensa raramente fala em fenômenos como esse. E os Vereadores de Belo Horizonte querem uma isonomia com os de Contagem, querem também R\$17.000,00. Portanto, é um absurdo depois do outro, e um absurdo não justifica o outro.

Gostaria de não estar recebendo nada, mas, depois de dois anos de trabalho sem férias, de estar gozando o devido e merecido descanso. Mas, estando aqui, somos obrigados a nos cingir a isto, a esta discussão que só interessa diretamente ao Presidente da República.

Por que, agora, este açodamento, este preço elevado, este fisiologismo, completamente descarado, despudorado, aberto?

Parece que Sua Excelência, o culto Presidente da República, é um adepto da deusa ateniense da persuasão, Teta. Porém, ao invés de traduzir e entender o sentido de teta em grego, entende o sentido da deusa Teta em português e oferece as tetas governamentais para conseguir os seus objetivos individuais, egoístas e narcisistas.

Émile Durkheim, um dos maiores sociólogos franceses, do qual Sua Excelência também deve ter se esquecido e com o qual não concordo, afirmava que a permanência das instituições constitui um elemento capaz de justificá-las. As instituições desajustadas, eivadas de defeitos e inadequações ao sistema global em que se encontram, seriam deixadas para trás na história, ultrapassada e arquivadas.

Ora, a proibição da reeleição é uma das mais antigas instituições da República brasileira, que nasceu com ela. Sabemos quão próximos os Presidentes do Brasil, da América Latina e dos Estados Uni-

dos assemelham-se a ditadores. Sabemos que existe um Executivo que domina os demais Poderes. Nos Estados Unidos, esse domínio transcende as fronteiras nacionais. Um Executivo que transformou os treze estados norte-americanos, do projeto de democracia realizado pelos federalistas, nas 50 estrelas que o imperialismo norte-americano fez agregar aos treze estados iniciais. Portanto, o presidencialismo e o sistema norte-americano não são modelos para um país que queira trilhar os caminhos de uma sociedade mais justa, equânime e democrática.

Bom seria se o Brasil tivesse uma democracia real e não fosse apenas aquela democracia mineira, que conheço desde criança – nasci lá e convivi com aquelas idéias democráticas. Trata-se de uma democracia meramente da cabeça, que não passa dela para a prática, democracia teórica, de democratas teóricos. Quando chegou o momento de provar a sua democracia, em 1964, aderiram, prestigiaram e capitanearam o movimento militar e golpista.

Se tivéssemos no Brasil uma democracia racial, uma democracia econômica, uma democracia da propriedade privada, uma democratização da cultura e do lazer, se tivéssemos no Brasil uma democracia realizada na prática, que realmente democratizasse o ensino e a saúde, pouco importaria esse ritual político, se o Presidente da República ficaria quatro, oito ou doze anos. Já teríamos uma democracia realizada. No Brasil não temos. A nossa democracia tem tudo por conquistar ainda para se realizar como uma instituição social, política, econômica, humana. Logo, é muito perigoso que desrespeitemos esse ritual, aquela democracia que nos foi permitida pelas relações internacionais, pela herança escravagista, pela herança da ambição e da acumulação, sem peias, de terra, de capital e de poder.

Portanto, devemos ter cuidado com a nossa democracia, que se apóia, em grande parte, no rodízio dos Presidentes da República, dos Governadores e dos Prefeitos.

Somente um Presidente da República no Brasil foi reconduzido à Presidência: Rodrigues Alves; eleito em 1902, foi reeleito em 1918, dezesseis anos depois.

Portanto, todos os argumentos que dependemos aqui já foram elaborados, discutidos, ao longo dos mais de noventa anos de presidencialismo brasileiro.

Não foi à toa que a proibição da reeleição veio para permanecer. Getúlio Vargas, em 1934, por ocasião da Constituinte que o elegeu, disse e fez constar no art. 52 da Constituição de 1934 que o seu mandato terminaria no dia 26 de junho de 1938. Quatro anos o ditador Vargas se concedeu. E quan-

to tempo se concedeu o todo poderoso ditador Marechal Castello Branco? Apenas os dois anos que faltavam para o término do mandato obtido nas urnas por Jânio Quadros e em parte exercido pelo seu sucessor, o Vice-Presidente João Goulart. Castello Branco não quis quatro anos para si. Todos os presidentes militares que o sucederam, inteligente ou esertamente, ajudaram a acabar com a pouca democracia real que existia neste País: a democracia da imprensa, a democracia sindical, a democracia cultural, que foram extirpadas do Brasil. Mas a rotatividade foi preservada. Pelo menos, mudava-se, de quatro em quatro anos, a cara dos generais ditadores. Fernando Henrique Cardoso, narcisista, acha que a sua cara deve continuar mais do que a cara dos ditadores militares continuou.

Por que essa pressa? Quando se vê a barba do vizinho pegar fogo, deve-se pôr a própria barba de molho. A barba de Fujimori está esquentando. A barba de Menem está pegando fogo. Reeleito, arbitrariamente, há cerca de dois anos, na semana passada, uma pesquisa de opinião pública deu-lhe apenas 20% de aprovação, depois de quatro greves gerais seguidas que ocorreram na Argentina tumultuada. Se Fernando Henrique Cardoso não andar depressa, talvez, o Presidente do Real não tenha sequer o apoio popular de 20% que, hoje, desprestigiam o Presidente Menem.

E o Cavallo, o autor, o plagiário argentino – porque o plano é realmente do FMI – desse plano dito de estabilização, rompeu com Menem e, agora, afirma que vários grupos, políticos e administradores da Argentina que participaram do processo de privatização deveriam estar na cadeia. E, contra o próprio Cavallo, existem vários processos que querem metê-lo também na cadeia.

Assim, o mercado se transformou, de acordo com Cavallo, numa máfia; a mesma máfia que caracteriza o mercado na Rússia; a mesma máfia que caracteriza a política e o mercado italiano; a mesma máfia que existe no Japão, a mais poderosa talvez, hoje, no mundo.

Portanto, há que andar depressa aquele que sente as pulsões irresistíveis para o continuísmo, para a reeleição. Tem que colocar rapidamente as suas barbas de molho; não pode esperar para o ano que vem, porque, até lá, talvez já esteja no mesmo estágio de degradação e rejeição em que se encontra o seu colega, o seu fraternal amigo, o Presidente Menem, na Argentina.

Portanto, é preciso aproveitar essa "pesquisazinha" do Instituto Gallup, que lhe dá, relativamente,

uma grande aprovação popular – parece-me que na casa de 38% -, para conseguir, com a deusa teta estendida fisiologicamente, o apoio dos Deputados que negaceiam e fingem que não lhe querem dar.

E há um outro elemento que não foi tratado aqui. Quando Juscelino Kubitschek poderia ter sido reeleito, em 1961, não quis. E é óbvio que, no ouvido de todos os Presidentes do Brasil – muito deles que não conseguiram cumprir o mandato de quatro anos –, os seus áulicos falaram e aconselharam: "Presidente, continue; o tempo foi muito curto. Vossa Excelência tem tantos projetos maravilhosos para engrandecer a Pátria. Vossa Excelência tem obrigação de cumprir o seu destino".

Getúlio Vargas disse: "É o imperativo categórico que me obriga a aceitar o sacrifício".

Naquela época, todos tinham pudor de dizer que estavam sendo obrigados, por grupos de partidários, a se lançar candidatos pela primeira vez. Nenhum brasileiro teve a coragem e a desfaçatez de se propor como candidato à reeleição – nem mesmo os militares.

Portanto, não é legítima e nem constitucional, não tem respaldo na História e nem na consciência, essa proposta inusitada que parte das ambições do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Há pouco tempo, D. Ruth Cardoso, admirável ser humano, pessoa íntegra, pessoa que não voltou atrás e não quer que esqueçamos o seu passado, disse que não era contra a reeleição, mas que tinha um projeto de vida que não lhe permitia continuar quatro anos no exercício do mandato das obrigações de primeira-dama. Acredito que ela não permanecerá por mais seis anos ao lado do Presidente, como primeira-dama.

Pois bem, só para terminar, Juscelino Kubitschek estava ainda com 50 anos, o que lhe permitiu preparar, durante quatro anos, o seu retorno; não precisou fazer esse trabalho degradante, passar para a História como um fisiologista ambicioso. Então, deixou que Jânio Quadros se reelegesse, esperou que se desmoralizasse e, depois de quatro anos, constitucionalmente, já estava preparado o retorno de Juscelino em 1965. Mas Fernando Henrique Cardoso não tem 50 anos, e sim 66, embora obviamente não pareça. A vida na França, nos grandes restaurantes, a vida acolchoada evita que as rugas apareçam e a velhice prematuramente nos envolva.

Pois bem, se agora Fernando Henrique Cardoso quisesse seguir as regras da dignidade e da decência, esculpindo a sua obra política como uma obra de arte, teria que esperar quatro anos e, com

esses quatro anos mais dois de mandato, teria 72 anos de idade e tomaria posse com perigosos 73.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – Senador Lauro Campos, não quero ser indelicado com V. Ex<sup>a</sup>, mas o seu tempo já se esgotou há três minutos, e ainda há muitos oradores inscritos.

**O SR. LAURO CAMPOS** – Sr. Presidente, solicitaria apenas mais dois minutos para concluir, tendo um tratamento igual ao do orador anterior; agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

Portanto, Fernando Henrique Cardoso está velho demais, nos seus 66 anos, para cumprir o ritual que a História lhe exigiria: cumprir os dois anos, ficar quatro de quarentena, para voltar constitucionalmente como candidato, disputando em pé de igualdade, não como está sendo feito agora. Se agora, dois anos antes da eleição, todos os instrumentos de força, pressão, cooptação, de fisiologismo estão sendo lançados apenas para que se aprove a reforma constitucional da reeleição, o que acontecerá com a eleição sem desincompatibilização?

Tudo isso já foi pensado na História, e ela, sabiamente, impediu a reeleição para não transformar a República brasileira, o presidencialismo brasileiro em uma ditadura completa.

Assim, para terminar, quero lembrar que, se não é legítima, é um desrespeito e exige uma reforma da própria Constituição, essa proposta de reeleição, se ela afronta e faz uma fratura na tradição histórica brasileira, se ela representa um perigo para as instituições democráticas, tão tênues, tão frágeis, no Brasil, é óbvio que o desrespeito à Constituição, o desrespeito à tradição, a quebra dos tabus, que nos mantêm dentro de certo alinhamento democrático, poderá ensejar não apenas o golpe atual, mentado e posto em prática pelo Presidente FHC, mas a continuidade do golpe. Depois de tudo desrespeitado, depois de desrespeitada a tradição, depois de desrespeitada a Constituição, depois de desrespeitada a democracia, o que militares e outros grupos de força terão para respeitar? Por que eles não seguirão o exemplo de FHC, tomando, pela força, novamente, o poder no Brasil?

Portanto, é perigoso, é muito perigoso o que está em vias de acontecer neste País. Parece-me que só uma ambição desvairada, um narcisismo ilimitado poderia colocar em risco as instituições, para simples uso e gozo de um poder. Será que vale a pena, para conseguir se reeleger por mais mingua-dos, de novo, limitados, de novo, apenas quatro anos, realmente correr tamanhos riscos e impor tantos sacrifícios à democracia brasileira?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL-RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no final do ano passado, a Comissão de Infra-Estrutura, que presido, por delegação de V. Ex<sup>as</sup>, promoveu, em conjunto com a Federação Nacional dos Engenheiros, um seminário para discussão do tema "Regulação dos Serviços Públicos no Brasil: Setores Elétricos e Telecomunicações", convidando especialistas da Argentina, da França e dos Estados Unidos para trazer as experiências e advertências de quem já passou pelo processo de privatização nesses setores, cometeu equívocos e acertos e veio dar a sua contribuição para que os equívocos cometidos não fossem repetidos no Brasil. Repito, a convite da Comissão de Infra-Estrutura e da Federação Nacional dos Engenheiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o seminário foi realizado com o objetivo de trazer à audiência do Senado a voz da sociedade civil brasileira no setor, a voz dos engenheiros do Brasil, que aqui acorreram para, durante dois dias, discutir e debater um assunto que consulta o interesse nacional, porque é assunto preeminente na economia brasileira e que responde pela retomada do crescimento econômico nos mais diversos setores e pela geração de milhares de empregos no País.

Ao seminário compareceram, além de autoridades federais convidadas, ministros de Estado, dirigentes de estatais dos setores elétricos e de telecomunicações, dos dirigentes da Federação Nacional dos Engenheiros, dos convidados especialistas estrangeiros da Argentina, da França e dos Estados Unidos, Parlamentares Federais, Deputados e Senadores, que não foram muitos, e essa é a razão pela qual ocupo a tribuna neste dia para aqui fazer um relato, que desejo fique registrado nos Anais do Senado, para que as opiniões e os debates realizados possam significar ponto de referência, de informação e de argumento para os debates que nesta Casa vão se processar sobre a privatização do setor elétrico e do setor de telecomunicações. Entendo eu que a voz da sociedade civil tem que ser considerada, para que um bom juízo de valores seja formulado por esta Casa.

Por essa razão é que tomo a liberdade de trazer ao conhecimento da Casa, para registro, repito, nos Anais do Senado, o relato das discussões e debates, ponto a ponto, durante os dois dias em que ocorreu o seminário.

O seminário sobre "Regulação dos Serviços Públicos no Brasil" teve como temas principais a reestruturação do setor elétrico brasileiro e o Projeto de Lei nº 50/96, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

O evento contou com a presença de Senadores e Deputados, especialistas estrangeiros dos Estados Unidos, da França e da Argentina, profissionais da área e interessados em geral, com a participação de aproximadamente 150 pessoas.

O setor elétrico foi abordado em três painéis. O primeiro painel foi "A Experiência Internacional na Área de Regulação de Serviços Públicos"; o segundo painel, "A Regulação dos Serviços de Eletricidade no Brasil, a Lei Aneel"; e o terceiro painel, "Diretrizes para o Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro".

Dentre as principais questões abordadas, uma das grandes preocupações do seminário foi a necessidade de compatibilizar o projeto de lei com a política global para o setor. Nesse sentido, foi destacado o projeto que está sendo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia para a definição de um novo modelo institucional para a energia elétrica. A conclusão desses trabalhos no Ministério determinará, em consequência, o envio ao Congresso de um projeto de lei global para o setor.

Essa ação determinará a necessidade de revogar a Lei da Aneel, se aprovada como está neste momento, ou de submetê-la a mudanças profundas.

A postura mais prudente hoje, no entender da maioria dos participantes, seria aprofundar o debate e desenvolver um esforço para aprovar um novo marco regulatório, mais completo e abrangente. Dificuldades específicas relacionadas com o atual órgão regulador, o DNAEE, poderiam ser contempladas em lei específica.

Existem hoje vários pontos em debate no âmbito da reestruturação do setor elétrico no Ministério de Minas e Energia, que colidem com disposições contidas no projeto de lei da Aneel. Foram citadas, dentre outras questões, a responsabilidade pelas licitações de novos aproveitamentos, a responsabilidade pelo atendimento do mercado, a forma e a extensão da descentralização da regulação e da fiscalização, as questões comerciais, econômicas e financeiras. Entre estas últimas está o financiamento de novas hidrelétricas e a política tarifária a ser adotada.

Foi destacada ainda a necessidade de aprimorar outras disposições já contidas no atual projeto, como a definição completa para o cálculo da taxa de fiscalização, a conveniência do uso de contratos de gestão para fiscalizar a gestão da administração da

Aneel e os mecanismos de transição, em particular a disposição de remeter para fora do órgão as decisões relacionadas com tarifas por um período de três anos.

O Secretário de Energia do Ministério manifestou sua concordância em relação às disfunções apontadas, mas manifestou-se favorável à aprovação do projeto de lei sem alterações. A isso acrescentou que reconhecia a necessidade de outras leis para implantar um novo modelo, assim como a necessidade de modificar ou ajustar as disposições nesta lei, se assim aprovada.

A Federação Nacional dos Engenheiros entende que um posicionamento desse tipo só contribuiu para aumentar as desconfianças dos novos investidores, em face da instabilidade institucional assim configurada. Essa situação conduz ao aumento da taxa de risco, o que repercute sob a forma de maiores tarifas.

Segundo palavras do Secretário de Energia, um dos grandes objetivos a curto e médio prazos é justamente reduzir essas taxas de risco embutidas nas taxas de retorno desejadas pelos investidores. O Secretário afirmou ainda que o aumento de 1% na taxa de risco representa 6% na tarifa final.

A exposição da Federação Nacional dos Engenheiros, corroborada por outras intervenções de palestrantes e participantes, mostrou que a discussão de temas dessa complexidade exige um tempo considerável para apreciação e implementação de novas leis. Como exemplo, foram mencionadas as sucessivas reformas implementadas nos Estados Unidos para reestruturar o setor elétrico desse País, iniciadas em 1978 e ainda hoje em evolução. Foi citada, como exemplo, a implementação recente de novas regras para viabilizar a competitividade do sistema elétrico no Estado da Califórnia, uma região em que 75% dos negócios já são da iniciativa privada.

Essa nova lei dispende tão-somente sobre questões estruturais, não abordando, portanto, a questão da propriedade, foi discutida e debatida por quase quatro anos antes de sua aprovação final.

A cautela dos Estados Unidos também ficou expressa na declaração do palestrante americano, quando afirmou que seu país também acompanha com atenção a reestruturação argentina para avaliar os resultados que estão sendo obtidos.

Ficou claro também que a etapa de privatizar, se for o caso, é a última fase de um processo que se inicia no estabelecimento de um arcabouço legal, a instituição do novo modelo institucional, passando por uma fase de regulamentação, o disciplinamento das leis normativas, e a implantação da nova estrutura.

Foi enfatizado que a preocupação primeira deve ser a de garantir novos capitais para a expansão do sistema. Essa preocupação está sendo abandonada pela postura mais pragmática e imediatista de vender ativos já em serviço e já depreciados, para obter alguns recursos para diminuir as dívidas públicas. Essa ação acaba desviando recursos que poderiam ser canalizados para as novas obras. Essa foi uma opinião apresentada pela Federação Nacional dos Engenheiros, apresentada, debatida, defendida.

Mas outras questões importantes, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foram também abordadas, como a desverticalização do sistema. O sucesso de um modelo competitivo, da forma que se quer implantar no Brasil, depende da desverticalização das empresas, isto é, que as empresas se dividam em empresas de geração, transmissão e distribuição e que haja competição entre as geradoras.

Na Argentina, a lei obrigou que as centrais elétricas fossem vendidas a diferentes compradores, o mesmo ocorrendo com as concessões de distribuição. Além disso, foi proibido que o proprietário de uma usina detenha também uma concessão de distribuição ou transmissão.

O palestrante francês informou que uma diretiva da União Européia, recentemente aprovada, implanta uma sistemática de desverticalização semelhante à da Argentina, a qual, se aceita pelo governo francês, levaria à desverticalização da EBF e de todas as empresas da União Européia, tornando a região um grande mercado competitivo.

O palestrante manifestou-se contrário a tal posição, uma vez que a França fez pesados investimentos não só na oferta de energia, mas também em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos para a solução do seu problema energético.

Segundo o seu entendimento, a adoção da mencionada diretiva poderia acabar interferindo nos benefícios decorrentes desses esforços para outros países, além de enfraquecer a posição competitiva da empresa no mercado europeu.

No Brasil, o consórcio de construtoras, contratadas pelo NML, lideradas pela Coopers and Lybrand, recomenda a mesma sistemática.

O impasse aqui surgido é a oposição dos Estados do Paraná e de Minas Gerais em desverticalizar as suas empresas. Esses dois Estados, ao longo de sua história, investiram pesadamente em geração hidrelétrica, são auto-suficientes em energia barata. Para eles é difícil admitir que, após todos esses investimentos, não possam abastecer, prioritariamente, os seus Estados com essa energia.

A maioria de outros Estados que possuem geração, bem como o Governo Federal, já anunciaram a política de privatização das usinas. Os novos proprietários poderão colocar energia em qualquer mercado, em qualquer Estado. Se Paraná e Minas Gerais continuarem com as suas empresas verticalizadas e sem mudanças de propriedades, poderão oferecer aos seus próprios Estados energia bem mais barata, e as suas usinas já estão pagas e só têm custo de manutenção e operação.

As usinas vendidas para proprietários privados poderão praticar tarifas de mercado resultantes de valores maiores do que as do Paraná e Minas Gerais. Esse fato, aliado ao poder econômico das empresas verticalizadas – Copel, do Paraná, e Cemig, de Minas Gerais -, faz com que haja uma visível pressão para as suas desverticalizações e uma resistência dessas empresas e desses Estados.

A Federação Nacional dos Engenheiros não tem por que se opor à permanência de empresas nacionais fortes que possam competir tanto no mercado interno como no mercado externo. A pulverização sugerida enfraquecerá empresas fortes que não manifestaram problemas que exigissem a venda de seus ativos, deixando o mercado nacional somente à mercê de investidores externos.

O Chile privatizou internamente seu setor e compete no mercado externo de forma vigorosa. Por que impedir isso às empresas nacionais – questiona a Federação Nacional dos Engenheiros? É necessário encontrar uma forma de conciliar esses interesses – é a opinião da FNE.

Abordando agora a questão da expansão do sistema. No cenário de privatização, muda radicalmente a forma de expansão da geração. O setor privado busca tipos de usina que exijam menores investimentos, menor tempo de construção e, conseqüentemente, um retorno mais rápido aos seus investimentos.

O palestrante francês observou que essa foi uma das constatações de recente seminário mundial de energia, realizado no Japão.

O conferencista argentino relatou que a expansão em seu país, após a privatização, só se deu através de usinas a gás e que a forma para incentivar a expansão hidrelétrica ainda não foi encontrada.

No Brasil, há uma tendência de uma expansão acelerada com termelétricas a gás, segundo foi admitido pelo representante da Eletrobrás. O que preocupa é que essas fontes se esgotam a curto prazo.

O Brasil ainda conta com o fabuloso potencial hidrelétrico que exige maiores investimentos, maior

tempo de construção e maior prazo para o retorno dos investimentos. Isso não tem atraído o capital privado, a não ser em algumas exceções, onde grandes indústrias, em parceria com empresas estatais, estão construindo algumas usinas. Nesse caso, porém, visando a atender somente o seu próprio consumo e a maioria dos outros Estados que possuem geração, bem como o Governo Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço agora algumas apreciações sobre o setor de telecomunicações. É de consenso geral que o órgão regulador terá que estabelecer e executar a política de telecomunicações, outorgar concessões, normatizar e supervisionar as atividades do setor, estabelecer padrões e administrar o espectro eletromagnético, tendo como principais características a autoridade, a imparcialidade e a independência.

O Ministério das Comunicações, Minicom, reconhece que o assunto é complexo e informa que uma série de pendências estão atrasando o envio da Lei Geral de Telecomunicações ao Congresso Nacional. Porém, deixa bem claro que já tem alguns pontos definidos, quais sejam: a criação do órgão regulador, sob a forma de autarquia subordinada ao Minicom; a prestação de contas diretamente ao Poder Executivo; a auditoria feita pelo TCU; e, finalmente, o órgão será centralizado em Brasília, não havendo representação nos Estados.

A Lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996, prevê que o Minicom agirá temporariamente como órgão regulador do setor até que uma Lei Geral de Telecomunicações seja aprovada pelo Congresso Nacional, sendo responsável pela administração dos recursos arrecadados sem repassá-los ao Tesouro Nacional. E ainda autoriza a Telebrás a criar subsidiárias para assumir a exploração do serviço celular, já em operação, no prazo de dois anos, quando o sistema poderá ser privatizado.

Nos debates, pudemos concluir que o Poder Executivo, através da promulgação da Lei nº 9.295, está tomando decisões importantes e estratégicas para o País, fragmentando os serviços públicos de telecomunicações sem definir uma política global para o desenvolvimento do setor.

Essa é a opinião, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, da Federação Nacional dos Engenheiros.

Enquanto no mundo as empresas estão se agrupando, fortalecendo-se e internacionalizando os seus serviços para enfrentar a concorrência, que é cada vez maior, o Brasil está fracionando o seu sistema público de telecomunicações.

Outra preocupação é a criação do órgão regulador sob a forma de autarquia, que, já sabemos,

não funciona – pensa assim a FNE. Vide outras autarquias existentes no Brasil, além da grande ingerência política que sofrerá, contrariando o espírito de um órgão regulador livre e independente.

Note-se, ainda, que a autarquia que será criada é centralizadora, a legião dos Estados da Federação na possibilidade de implementação de uma política específica e com características regionais, fato esse prejudicial ao espírito de um órgão regulador democrático.

À vista dos fatos, temos assistido a um atropelo daquilo que foi aprovado na reforma constitucional. A aprovação de uma lei mínima, abrindo os serviços mais lucrativos, como a telefonia celular, a comunicação de dados, bem como a permissão dada à iniciativa privada para o lançamento de satélites, passando amplos poderes para o Minicom, sem que haja implantação de um órgão regulador independente, como determina a Constituição, cria uma situação predefinida que, se comprovada prejudicial aos interesses nacionais, será irreversível, pois as concessões já terão sido formalizadas.

É imprescindível haver regras claras para implantar um novo modelo para o setor de telecomunicações, para que possamos planejar a expansão do sistema, definindo como o mercado será atendido, dando condições para o Brasil inserir-se na globalização cada vez mais presente. Portanto, concluímos que se faz mister a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações antes da formalização das concessões, para resguardar os princípios constitucionais contidos no art. 21 da Lei Maior.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço esse relato, porque entendo que a voz da sociedade civil que aqui se manifestou muitas vezes contrária à opinião de autoridades do Poder Executivo é importante ser ouvida, refletida pelos seus Parlamentares, Deputados e principalmente Senadores que votarão e aprovarão a privatização de setores importantes como o setor elétrico e de telecomunicações.

Foi esse o relato do seminário organizado pela Comissão de Infra-Estrutura e pela Federação Nacional dos Engenheiros. Cumpriu-se uma etapa importante na discussão de temas ligados a setores fundamentais à economia do País: setor elétrico, setor das telecomunicações. Discutiu-se à exaustão, ouvindo-se quem precisava ser ouvido: os engenheiros, autoridades federais, executivos do Poder Executivo e Parlamentares – Deputados e Senadores.

Registro o esforço realizado pela Federação Nacional dos Engenheiros, que durante dois meses preparou, juntamente com a Comissão de Infra-Es-

trutura, a agenda que produziu o seminário cujo registro faço nesta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino Maia, o Sr. Francisco Escórcio deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.*

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Escórcio, para, na forma do Regimento Interno do Senado Federal, fazer uma comunicação inadiável.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** (PFL-MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inscrito para falar na sessão de hoje, abordei a questão da CPMF.

De volta ao meu gabinete, encontrei a propaganda de um banco a respeito da CPMF. Eu não poderia deixar de trazê-la, para que os meus colegas testemunhassem a minha preocupação quanto ao projeto do Senador Ney Suassuna, que tramita nesta Casa.

Penso que esse imposto é descabido, não tem razão de ser. Toda a população brasileira está contrária a essa iniciativa. Como falei em meu pronunciamento, a CPMF foi aprovada talvez porque quem solicitou nesse sentido, a toda hora, a esta Casa e a outra Casa, a Câmara dos Deputados, foi o ex-Ministro Adib Jatene. Talvez esta Casa tenha contemplado aquele Ministro com a aprovação da CPMF. Mas o Ministro saiu, razão pela qual não há por que ficarmos com a CPMF. Vale ressaltar que já está tramitando nesta Casa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – já foram colhidas assinaturas – a proposta de derrubada da CPMF.

Trago um folheto de um banco em que se diz: "Aplique agora, sem pagar CPMF". Os Senadores sabem que os funcionários públicos estão com seus salários defasados, que já ganham bem pouco – só para efeito de raciocínio –; será que eles terão, com seus pequenos salários, condição de aplicar, de fazer investimento? A quem vai beneficiar a CPMF? Não será, mais uma vez, aos banqueiros? A prova está aqui!

Por isso, eu não poderia deixar de trazer à Casa minha preocupação, mostrando este folheto do banco, em que diz: "Fundos de Investimento. Aplique agora, sem pagar CPMF". Trago este assunto à reflexão desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, mesmo numa sexta-feira, perto do meio-dia, com o plenário esvaziado, como acontece todas as sextas-feiras, eu não poderia deixar de trazer algumas considerações em relação à matéria que noite passada li na revista **Veja** desta semana.

Folheando a **Veja** desta semana, deparei-me com uma propaganda que mostra o desenho de uma casa virada para baixo, com os dizeres: "Vira, vira, vira". Na página seguinte, as mesmas três expressões "vira, vira, vira", e o desenho de uma casa já de lado. Na terceira página, ainda da mesma propaganda, deparei-me com o desenho de uma casa de pé e a expressão: "virou". Logo abaixo, há a seguinte informação que passo a ler:

"Aproveite a virada do ano e dê uma virada na sua vida. Abra uma Poupança Azul Imobiliária. Com ela você poupa todo o mês um pouquinho, e quando você menos esperar a sua poupança vira uma casa própria, um terreno, ou um capital para você construir. Procure o gerente da Caixa para maiores informações. Quem sabe se, num futuro próximo, o "vira, vira, vira" não vai ser na sua casa nova.

Caixa Econômica Federal"

Sr. Presidente, achei engraçada essa propaganda, porque é no mínimo curioso que a Caixa Econômica a faça em três páginas da revista **Veja**. Trata-se, portanto, de um anúncio dirigido aos sem-teto deste País, aos sem-casa. Pretende-se que abram uma Poupança Azul, que, com o tempo, pode render uma casa própria para quem não a tem. Sei que são milhares de pessoas, no Brasil, que não têm casa própria. Não sou contrário à propaganda. Não tenho nada contra o nosso Presidente da Caixa Econômica Federal, nem ao seu pessoal, absolutamente. Mas o que me chama a atenção é o fato de se usarem três páginas na revista **Veja**, ou seja, de se gastar tanto em uma propaganda dirigida aos sem-teto neste País, aos que não têm casa, aos que pensam em um dia ter um terreno próprio, em ter uma casinha para morar com sua mulher, seus filhos. Acho que a maioria dos sem-teto não assina a revista **Veja** ou não a compra em bancas. Assim, é

difícil essa propaganda chegar a eles. Não sei se esse é o melhor veículo de comunicação a ser usado pela Caixa – tomara que esteja enganado -, pois essa é uma revista com propagandas mais elitizadas, direcionada a uma classe de pessoas que já têm casa.

Quem entende de publicidade pode aquilatar melhor que eu o quanto representa para os brasileiros, em custos, uma propaganda de três páginas na **Veja**, na primeira semana de janeiro. Não sei se ela é dirigida aos sem-casa, incentivando-os a fazer uma Poupança Azul para obterem uma casa, ou àqueles que a têm mas que, um dia, podem perdê-la. Isso me preocupa. Exponho a minha experiência e consideração porque, para alcançar o público composto pelos sem-casa, que são milhões de pessoas, parece-me que a Caixa deveria usar outros mecanismos.

No Brasil, há cerca de 100 milhões de eleitores, para não se falar em 150 milhões de habitantes, e a tiragem da revista **Veja** é de 1 milhão e 200 mil exemplares, o que representa 1% dos eleitores do Brasil. Mas, para atingir os que não têm casa, talvez a melhor maneira fosse ir aos bairros, aos salões paroquiais, aos centros comunitários. Os gerentes da Caixa poderiam ir a esses bairros aos domingos, sábados ou feriados, quando as comunidades se reúnem, para lá fazerem uma exposição, usando as rádios de comunicação, aconselhando-as a procurar a Caixa e abrir uma Poupança Azul – isso tudo é para quem pode, é claro, porque a maioria não pode nem abrir uma poupança, já que não é fácil.

Acredito que isso seria mais conveniente do que a decisão da Caixa de usar um meio de comunicação elitizado para se aproximar da população e os recursos seriam aplicados de forma melhor. Talvez se devessem usar até as televisões comunitárias, que o Ministério das Comunicações pensa criar, bem como as rádios comunitárias, para se alcançar esses milhões de brasileiros que não têm teto.

Esta é uma advertência que trago para o Governo Federal e para os brasileiros, pois acredito que há uma melhor maneira de se aplicarem os recursos públicos. Ao invés de se usarem três páginas de uma revista, o que não culminará com o desejo da Caixa de aconselhar essa grande massa de pessoas, poderíamos usar mecanismos melhores para alcançar esse objetivo.

Trago estas considerações e esta preocupação, praticamente ao meio-dia desta sexta-feira, não no sentido de criticar, mas de advertir, de ajudar, de colaborar para que se corrija isso.

Os recursos brasileiros são tão poucos – na saúde falta tanta coisa, o Orçamento é tão escasso – que precisamos ser previdentes e ciosos com o que possuímos.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Escórcio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – O Senador Valmir Campelo enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido na forma regimental.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB-DF) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o tema da reeleição tomou conta do País. A mídia, em particular, fez da reeleição assunto obrigatório dos principais meios de comunicação, colocando a tese à consideração da opinião pública.

Ainda ontem, ao despachar pela manhã em meu Gabinete Parlamentar, fui instado pelo jornalista e amigo Gilberto Amaral a pronunciar-me sobre a questão, o que deixou-me muito à vontade, porque eu próprio já defendi, aqui no Senado Federal, o instituto da reeleição para os principais cargos do Executivo, quando apresentei proposta nesse sentido, em 1993.

A reeleição, penso eu, é um instrumento democrático que permite ao eleitor produzir o mais sumário, direto e contundente julgamento da administração de um governante. Funciona, para quem governa, como mais um instrumento de cobrança do governado.

Uma eventual derrota na sucessão representa a reprovação de sua gestão, o que, em tese, o induz a ser mais cauteloso em seus atos e mais zeloso no cumprimento de suas promessas e compromissos.

Nos termos atuais, essa cobrança se dá apenas quando o governante apóia alguém para sucedê-lo. Não é, porém, a mesma coisa. Sempre se poderá argumentar que o candidato não era bom, que não tinha carisma, não passava credibilidade, e que a culpa, portanto, não é do governante. Com a possibilidade de reeleição, não: o julgamento é claro e objetivo – e intransferível.

É assim que funciona nos Estados Unidos, a maior democracia do planeta, que convive, sem problemas, com a reeleição. Não estou aqui a repetir o dito de que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Não é isso. Acho que cada país tem suas peculiaridades e deve preservá-las. Mas há princípios de ordem doutrinária que se mostram de aplicação universal. É o caso da reeleição.

Os adversários da tese invocam o risco de uso indevido da máquina administrativa do Estado. Ora, esse mau uso, quando é o caso de ocorrer, ocorre havendo ou não a reeleição. De certa forma, o governante fisiológico sente-se bem mais à vontade para permitir esse uso indevido para terceiros que para si mesmo.

É mais fácil de disfarçar, maquiagem o delito, atribuí-lo a maus funcionários. Quando se trata de si mesmo, a vigilância do público, da mídia e da oposição é significativamente maior. Ouso dizer que, quando o próprio governante é o candidato, torna-se mais fácil defender a integridade da máquina administrativa. Seus passos são mais vigiados, ele próprio, mesmo não tendo escrúpulos, tem mais cautela. Estratagemas tais como inauguração de obras de fachada, nomeações irresponsáveis e outras ações de cunho demagógico sofrem a inibição do protesto instantâneo dos adversários e da mídia.

Basta conferir: onde é que mais distorções ocorrem nessa matéria – nos Estados Unidos, onde há reeleição, ou no Brasil, onde não há? Aqui, a existência do governante que manipula sua sucessão, valendo-se da caneta e do **Diário Oficial**, é, em numerosos estados e municípios, a regra. A exceção é o contrário.

Creio que o Presidente Fernando Henrique tem todo o direito de pleitear a adoção do instituto da reeleição. Está fazendo uma administração ousada e renovadora, que exige sacrifícios da sociedade, mas que lhe oferece a perspectiva de um país economicamente saneado num futuro próximo.

O Presidente que promove esse processo e colhe alguma incompreensão, decorrente das dificuldades inerentes às transformações, quer ter a oportunidade de, ele próprio, colher os frutos positivos que está plantando. Acho justo, desde que o Estado não seja onerado; desde que as práticas políticas não sejam corrompidas.

Creio que não o serão. Conhecemos o Presidente da República. É homem de bem, íntegro, que chegou ao lugar que hoje ocupa depois de realizar carreira de projeção internacional como professor, intelectual e parlamentar. Jamais, em toda a sua carreira, foi, em momento algum, questionado em sua reputação de homem probo. Não creio que isso mudaria exatamente quando está posto na vitrine da Presidência da República. Não faz sentido.

Vejo o instituto da reeleição como fortalecedor do processo democrático, desde que acompanhado de mecanismos tendentes a proteger o Estado e a coibir o uso indevido da máquina. Não é uma tarefa

difícil. Ao longo desses anos, temos nos empenhado em sanear a vida pública brasileira e já desenvolvemos alguns desses mecanismos.

Um país que promoveu o impeachment de um Presidente da República de maneira absolutamente pacífica e transparente não tem por que temer a reeleição. Somos favoráveis à adoção desse instituto e o consideramos mais um instrumento de pressão e fiscalização posto ao alcance do eleitor-contribuinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11h55min.)*

**ATA DA 3ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,  
REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 1997**  
(Publicada no DSF, de 10 de janeiro de 1997)

**RETIFICAÇÕES**

No sumário da ata, à página nº 00121, 2ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte item:

**2.2.11 – Aditamento ao Ato Convocatório dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

Inclusão de matérias à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1997.

.....

Trecho de ata, à página nº 00181, 1ª coluna, que se republica por haver saído com omissão:

.....

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Peres) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Eduardo Dutra.

É lido o seguinte:

**ADITAMENTO AO ATO CONVOCATÓRIO  
DOS PRESIDENTES DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
E DO SENADO FEDERAL**

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhes é conferida pelo inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem Aditar à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional para o período de 6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1997, o seguinte:

1. Proposta de Emenda à Constituição nº54, de 1995, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima e

outros senhores Senadores, que dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal.

2. Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996;

3. Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 518, de 1995, destinada a estudar a reforma político-partidária.

Congresso Nacional, 9 de janeiro de 1997. – Deputado Luís Eduardo, Presidente da Câmara dos Deputados – Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Peres) – O expediente lido vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18h.)*

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 14, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016.312/96-1, resolve transformar a aposentadoria voluntária concedida a CARLOS AUGUSTO ALI-MANDRO, Analista Legislativo, Área 7 – Especialidade Segurança, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em aposentadoria por **invalidez**, nos termos dos artigos 190 e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e na Resolução SF nº 76, de 1995, com proventos integrais, a partir de 12 de dezembro de 1996, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de janeiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 15, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista a constante no Processo nº 18837/96-4, resolve dispensar o servidor MARCIO AURELIO VALENTE, matrícula 4911, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 6 – Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete

te da Presidência, com efeitos financeiros a partir de 20 de dezembro de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Romero Jucá a partir da mesma data.

Senado Federal, 10 de janeiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 16, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 18837/96-4, resolve designar o servidor MARCIO AURELIO VALENTE, matrícula 4911, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do

Senador Romero Jucá, com efeitos financeiros a partir de 20 de dezembro de 1996.

Senado Federal, 10 de janeiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 17, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.181/97-8, resolve nomear PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jefferson Péres.

Senado Federal, 10 de janeiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**MESA****Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos - PFL - MT

**1º Secretário**

Odacir Soares - PFL - RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros - PMDB - AL

**3º Secretário**

Levy Dias - PFB - MS

**1º Secretário**

Emandes Amorim - PMDB - RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Ney Suassuna - PMDB - PB

Emília Fernandes - PTB - RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

**Corregedores - Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabcr Júnior - PMDB - AC

Waldeck Omelas - PFL - BA

Ernilia Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Wilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nahor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldino Melo

José Ignácio Ferreira

Lúcio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Eptácio Cafeteira

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC

**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

### Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emília Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

### Suplentes

#### PMDB

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

#### PFL

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

#### PSDB

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

#### PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

#### PTB

1. Arlindo Porto

#### PT

1. Lauro Campos

#### PDT

1. Sebastião Rocha

#### Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

## **SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

### **SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

<b>PMDB</b>			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
<b>PFL</b>			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>			
ESPIRIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
<b>PT</b>			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
<b>PFL</b>			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
<b>PPB</b>			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07
<b>PT</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
<b>PSB</b>			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

## TITULARES

## SUPLENTE

<b>PMDB</b>			
IRIS REZENDE	G0-2031/37	1- VAGO	
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
<b>PSDB</b>			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
<b>PPB</b>			
ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
<b>PT</b>			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
<b>PTB</b>			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
<b>PSB</b>			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
<b>PPS / PSL</b>			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
<b>PFL</b>			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
<b>PSDB</b>			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
<b>PT</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
<b>PFL</b>			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
<b>PSDB</b>			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
<b>PT</b>			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
<b>PTB</b>			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
<b>PSB / PPS</b>			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIAS DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
<b>PFL</b>			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
<b>PSDB</b>			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
<b>PPB</b>			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
<b>PDT</b>			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
<b>PTB</b>			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PT</b>			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
<b>PPS / PSL</b>			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
<b>PSDB</b>			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
<b>PT</b>			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
<b>PDT</b>			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
<b>PSB / PPS</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
(SEÇÃO BRASILEIRA)  
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
José Fogaça		Marluce Pinto <sup>1</sup>
Cassido Maldaner		Roberto Requião
	<b>PFL</b>	
Vilson Kleinjoubing		Joel de Holanda
Romero Jr.		Júlio Campos
	<b>PSDB</b>	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	<b>PPB</b>	
Espendão Amin		
	<b>PTB</b>	
Emília Fernandes		

Osmar Dias<sup>2</sup>

PP

PT

Benedta da Silva  
Eduardo Suplicy  
Lauro Campos

**DEPUTADOS**

**Titulares**

**Suplentes**

**Bloco Parlamentar PFL/PTB**

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	<b>PMDB</b>	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	<b>PSDB</b>	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	<b>PPB</b>	
Fetter Júnior <sup>3 4</sup>		João Pizzolatti
	<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	<b>PT</b>	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

<sup>1</sup> Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

<sup>2</sup> Filiado ao PSDB em 22-6-95

<sup>3</sup> Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

<sup>4</sup> Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1<sup>a</sup>-2-96

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

**nº 126 · abril/junho – 1995**

**Leia neste número:**

**Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro**

**Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches**

**Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior**

**Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? –**

**José Pitas**

**Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues**

**A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald**

**Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto**

**O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito**

**Ramos Reinaldo**

**Consulta e parecer – René Ariel Dotti**

**A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho**

**Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira**

**Mendes**

**Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria**

**orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro**

**Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**

**Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de**

**1980 – Judith Martins-Costa**

**A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira**

**Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho**

**Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas**

**Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos**

**O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha**

**Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos**

**Rivero Sanchez**

**Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga**

**O direito eleitoral português – Jorge Miranda**

**Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai**

**A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimaraes**

**Teixeira Rocha**

**Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral**

**O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira**

**Torres**

**A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares**

**Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho**

**Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão**

**Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar –**

**Miracy Barbosa de Sousa Gustin**

---

**ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

**Números 125 a 128: R\$ 50,00**

**Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.**

**Nome: .....**

**Endereço: .....**

**Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....**

**Data: ..... Assinatura: .....**

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

**nº 127 · julho/setembro – 1995**

**Leia neste número:**

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sérvulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo

Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luís Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

**ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

**Números 125 a 128: R\$ 50,00**

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....

Data: ..... Assinatura: .....

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

## **Novas publicações**

### **CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)**

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

### **CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)**

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)**

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

### **GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)**

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

### **LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)**

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### **LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

### **RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)**

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

### **REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

---

**Pedidos à**

**Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357**

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte .....	RS 31,00
Porte do Correio .....	<u>RS 96,60</u>
Assinatura c/porte .	RS 127,60 (cada)
Valor do número avulso	RS 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente n° 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente n° 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Ilustrado

**CENTRO GRÁFICO  
DO SENADO FEDERAL**



**A N O S**  
1963 1996

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA  
DO CONGRESSO NACIONAL**

**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**